



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 106

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 8 DE JULHO DE 1961

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessão conjunta a realizar-se no dia 13 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do seguinte veto presidencial:

Dia 13 de julho:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.380, de 1957, na Câmara e nº 117, de 1958, no Senado que dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários federais e dos empregados autárquicos da União que participaram de operações de guerra na Força Expedicionária, na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil ou receberam a Medalha da Campanha do Atlântico Sul.

Senado Federal, 22 de junho de 1961

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessão conjunta a realizar-se no dia 20 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.290 de 1960, na Câmara e nº 11 de 1961, no Senado, que dispõe sobre a situação dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos requisitados, que vêm prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e dá outras providências.

Senado Federal em 27 de junho de 1961.

AURO MOURA ANDRADE — Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.533, de 1950, na Câmara e nº 60, de 1961, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 10 anos o prazo a que se refere a Lei nº 1.131, de 13 de junho de 1950 que dispõe sobre a realização do sorteio denominado "Sweepstake".

Senado Federal, em 29 de junho de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.336, de 1961, na Câmara e nº 79, de 1961, no Senado, que dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências.

Senado Federal, em 5 de julho de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

### MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.

1º Secretário: Senador Cunha Melo.

2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.

3º Secretário: Senador Argemiro Pignatelli.

4º Secretário: Senador Novais Filho.

1º Suplente: Senador Mathias Olympio.

2º Suplente: Senador Guido Mondim.

### LÍDERES E VICE-LÍDERES

#### Da Maioria

Líder: Filinto Mùller.

Vice-Líderes: Lima Leiteira de Nogueira da Gama.

## SENADO FEDERAL

### Da Minoria

Líder: .....

Vice-Líderes: .....

### Dos Partidos

#### DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Varadare.  
Vice-Líderes: Gaspar Velloso, Victorino Freire.

#### DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.  
Vice-Líderes: Nelson Maculan, Fausto Calaf e André Rodrigues.

#### DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villaboa.  
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

#### DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.  
Vice-Líder: Aloysio de Carvalho.

#### DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

#### DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

### Comissões Permanentes

#### Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.

Cunha Melo.

Guilherme Marinho.

Argemiro Pignatelli.

Novais Filho.

Mathias Olympio.

Guido Mondim.

Secretário: Evandro Mendes Vianna.

Assessor-Geral: Aloysio de Carvalho.

### Comissão de Constituição e Justiça

#### TITULARES

Jefferson de Aguiar (PSD) — Presidente

Daniel Krieger (Vice-Presidente) (UDN).

Venício Igneias (UDN).

Milton Campos (UDN).

Heribaldo Vieira (UDN).

Silvestre Párcies (PSD).

Ruy Carneiro (PSD).

Erivaldo Fontes (PIB).

Nogueira da Gama (PIB).

Barros Carvalho (PIB).

Aloysio de Carvalho (PL).

#### SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).

2. Freitas Cavalcanti (UDN).

3. João Arruda (UDN).

- 4 João Villasboas (UDN)  
 1 Ary Vianna (PSD)  
 2 Benedito Valladares (PSD)  
 3 Francisco Gallotti (PSD)  
 1 Lima Teixeira (PTB)  
 2 Vivaldo Lima (PTB)  
 3 Miguel Couto (PTB)  
 1 Mem de Sá

Secretaria: Maria do Carmo Rondon Ribeiro - Jariava Oficial Legislativa.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

### Comissão de Economia

#### TITULARES

- Gaspar Velloso - Presidente (PSD).  
 Fausto Cabral - Vice-Presidente (PTB).  
 Fernandes Távora (UDN).  
 Sergio Marinho (UDN).  
 Del Carlo (UDN).  
 João Arruda (UDN).  
 Aílton Guimarães (PSD).  
 Lomar da Silveira (PTB).  
 Nogueira da Gama (PTB).

#### SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).  
 2. Joaquim Parente (UDN).  
 3. Irineu Bornhausen (UDN).  
 4. Ovidio Teixeira (UDN).  
 1. Eugênio Barros (PSD).  
 2. Francisco Gallotti (PSD).  
 3. Sebastião Archer (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).  
 2. Saulo Ramos (PTB).

Secretaria: José Soares de Oliveira Filho - Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

### Comissão de Educação e Cultura

#### TITULARES

- Menezes Pimentel - Presidente (PSD).  
 Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).  
 Reginaldo Fernandes (UDN).  
 Jarbas Maranhão (PSD).  
 Saulo Ramos (PTB).  
 Arlindo Rodrigues (PTB).  
 Mem de Sá (PL).

#### SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).  
 2. Lino de Mattos (UDN).

1. Lobão da Silveira (PSD).  
 2. Paulo Fernandes (PSD).

1. Paulo Fender (PTB).  
 2. Lima Teixeira (PTB).

1. Aloisio de Carvalho (PL).  
 Secretaria: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

### Comissão de Finanças

#### TITULARES

- Freitas Cavalcanti - Presidente (UDN).  
 Ary Vianna - Vice-Presidente (PSD).

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
 MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
 MAURO MONTEIRO

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
 BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### DEPARTAMENTOS E PARTICULARES

##### Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50.00  
 Ano ..... Cr\$ 96.00

##### Exterior

Ano ..... Cr\$ 136.00

#### FUNÇÃOÁRIOS

##### Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 89.00  
 Ano ..... Cr\$ 76.00

##### Exterior

Ano ..... Cr\$ 108.00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas, as poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto a sua aplicação, solicitamos dêem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 6.10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 6.50.

Irineu Bornhausen - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Fernandes Távora - UDN.  
 Dix-Huit Rosado - UDN.  
 Lopes da Costa - UDN.  
 Gaspar Velloso - PSD.  
 Eugênio Barros - PSD.  
 Plínio Múller - PSD.  
 Lomar da Silveira - PSD.  
 Victorino Vieira - PSD.  
 Fausto Cabral - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Saulo Ramos - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Mem de Sá - PL.

#### SUPLENTE

1. Milton Campos - UDN.  
 2. Joaquim Parente - UDN.  
 3. Ruy Palmeira - UDN.  
 4. Coimbra Bueno - UDN.  
 5. João Arruda - UDN.  
 6. Del Carlo - UDN.  
 7. Silvestre Pericles - PSD.  
 8. Ruy Carneiro - PSD.  
 9. Jarbas Maranhão - PSD.  
 10. Menezes Pimentel - PSD.  
 11. Pedro Ludovico - PSD.

1. Vivaldo Lima - PTB.  
 2. Arlindo Rodrigues - PTB.  
 3. Paulo Fender - PTB.  
 4. Lima Teixeira - PTB.  
 1. Aloisio de Carvalho - PL.  
 Secretaria: Renato de Almeida Chermont - Oficial Legislativo.  
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

### Comissão de Legislação Social

#### TITULARES

- Lima Teixeira - Presidente (PTB).  
 Ruy Carneiro - Vice-Presidente (PSD).  
 Venâncio Igrejas (UDN).  
 Mourão Vieira (UDN).  
 Lino de Mattos (UDN).  
 Francisco Gallotti (PSD).  
 Menezes Pimentel (PSD).

Paulo Fender (PTB).  
 Miguel Couto (PTB).

#### SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).  
 2. Padre Calazans (UDN).  
 3. Heribaldo Vieira (UDN).  
 1. Paulo Fernandes (PSD).  
 2. Lomar da Silveira (PSD).  
 3. Sebastião Archer (PSD).  
 1. Barros Carvalho (PTB).  
 2. Lourenço Fontes (PTB).  
 3. Arlindo Rodrigues (PTB).  
 Secretaria: José Soares de Oliveira Filho - Oficial Legislativo.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

### Comissão de Redação

#### TITULARES

- Francisco Gallotti - Presidente (PSD).  
 Sergio Mário - Vice-Presidente (UDN).  
 Venâncio Igrejas (UDN).  
 Ary Vianna (PSD).  
 Lourenço Fontes (PTB).

#### SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).  
 2. Daniel Krieger (UDN).  
 1. Menezes Pimentel (PSD).  
 2. Ruy Carneiro (PSD).  
 1. Paulo Fender (PTB).  
 Secretaria: Vera de Alvarenga Matos - Oficial Legislativo.  
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

### Comissão de Relações Exteriores

#### TITULARES

- Vivaldo Lima - Presidente (PTB).  
 Ruy Palmeira - Vice-Presidente (UDN).  
 Daniel Krieger - (UDN).  
 Heribaldo Vieira - (UDN).

Benedicto Valladares - (PSD).  
 Paulo Fernandes - (PSD).  
 Lourenço Fontes - (PTB).  
 Aloisio de Carvalho - (PL).  
 Gaspar Velloso - (PSD).

#### SUPLENTE

1. Milton Campos - (UDN).  
 2. Venâncio Igrejas - (UDN).  
 3. Freitas Cavalcanti - (UDN).  
 1. Menezes Pimentel - (PSD).  
 2. Jefferson de Aguiar - (PSD).  
 3. Ary Vianna - (PSD).  
 1. Fausto Cabral - (PTB).  
 2. Barros Carvalho - (PTB).  
 1. Mem de Sá - (PL).  
 Secretaria: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

### Comissão de Saúde Pública

#### TITULARES

- Reginaldo Fernandes - Presidente (UDN).  
 Aílton Guimarães - Vice-Presidente (PSD).  
 Fernandes Távora (UDN).  
 Pedro Ludovico (PSD).  
 Saulo Ramos (PTB).

#### SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).  
 2. Lopes da Costa (UDN).  
 1. Eugênio Barros (PSD).  
 2. Jarbas Maranhão (PSD).  
 1. Miguel Couto (PTB).  
 Secretaria: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues - Oficial Legislativo.  
 Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

### Comissão de Segurança Nacional

#### TITULARES

- Zacharias de Assumpção - Presidente (UDN).  
 Jarbas Maranhão - Vice-Presidente (PSD).  
 Sergio Marinho (UDN).  
 Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Francisco Gallotti (PSD).  
 Miguel Couto (PTB).  
 Arlindo Rodrigues (PTB).

#### SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).  
 2. Dix-Huit Rosado (UDN).  
 1. Silvestre Pericles (PSD).  
 2. Ruy Carneiro (PSD).  
 3. Jorge Mavner (PSP).  
 1. Saulo Ramos (PTB).  
 2. Nelson Maculan (PTB).  
 Secretaria: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

### Comissão de Serviço Público Civil

#### TITULARES

- Daniel Krieger - Presidente (UDN).  
 Jarbas Maranhão - Vice-Presidente (PSD).  
 Joaquim Parente (UDN).  
 Sebastião Archer (PSD).  
 Paulo Fender (PTB).  
 Miguel Couto (PTB).  
 Aloisio de Carvalho (PL).

#### SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).  
 2. Padre Calazans (UDN).  
 1. Ruy Carneiro (PSD).  
 2. Benedito Valladares (PSD).  
 1. Nelson Maculan (PTB).  
 2. Fausto Cabral - (PTB).  
 1. Mem de Sá (PL).  
 Secretaria: Itana Cruz Alves - Oficial Legislativo.  
 Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Relativamente à expressão ve-  
tada no artigo 19, a medida s-  
impõe por contrariar princípio j-  
consagrado através de outras lei-  
de excepção que beneficiaram es-  
comitantes que só se o de cri-  
tar participação efectiva em opera-

ções de guerra ou atividade de comércio e patrulhamento.

A concessão da Medalha da Campanha do Atlântico Sul, não teve por pressuposto o aquele princípio, porquanto a Lei nº 497, de 2 de novembro de 1948, que a instituiu, assegura concessão aos que se distinguiram na simples prestação de serviços relacionados com a ação dos primeiros.

Ocorre, ainda, que serviços da mesma natureza, de caráter igualmente relevantes, foram prestados por todos os que, no período da guerra, contribuíram com uma parcela de esforço visando ao mesmo fim, seja nas fábricas, nas repartições públicas ou nos campos, sem que, toda a, tenham sido agraciados por distinções semelhantes.

São estas as razões que me levaram a votar, e, parte, o projeto em causa, a: quais tenho a honra de submeter à elevada consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

#### Conclusão

Diante do presente Relatório, estamos certos de que os Senhores Congressistas poderão apreciar o Voto parcial aposto tempestivamente ao Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 1958 (Projeto de Lei nº 2.380-C, de 1957, na Câmara dos Deputados). — Ary Vianna — Presidente. Jayme Araújo — Relator. Fernandes Távora — Bias Fortes.

### ATA DA 92ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 7 DE JULHO DE 1951

#### RESIDENCIA DOS SRS. CUNHA MELLO E ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Vitalino Lima — Lobão da Silveira — Victorino Freire — João Mendes — Fernandes Távora — Meneses Pimentel — Argemiro de Figueiredo — Novais Filho — Ruy Palmeira — Silvestre Péricles — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Del Caro — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Calado de Castro — Gilberto Marinho — Venancio Igrejas — Benedito Valadarez — Noeueira da Gama — Milton Camargo — Moura Andrade — Pedro Lulorico — Filinto Müller — Lopes de Costa — Brásilio Celestino — Daniel Krieger — Guido Mondin

#### O SR. PRESIDENTE:

A Lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a 2ª

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debates, aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

Ofício:

Nº 104, da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do seguinte projeto:

#### Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1951

(Nº 2.344-C, DE 1950, NA CÂMARA)

Concede pensão especial de Cr\$ 40.000,00 mensais a D. Haydée Lago Bittencourt, viúva do Senador Lúcio Bittencourt.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida, a partir da vigência desta lei, a pensão mensal

de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) a D. Haydée Lago Bittencourt, viúva do Senador Lúcio Bittencourt.

Art. 2º O pagamento da pensão correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 7 de julho de 1951.

#### As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e deferido o seguinte

#### Requerimento nº 239, de 1951

De conformidade com o art. 213 do Regimento Interno, remeto, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Guerra as seguintes informações:

1 — quantas enfermeiras foram convocadas para a Força Expedicionária Brasileira e não seguiram para o Teatro de Operações da Itália tendo sido designadas para os Hospitais Militares de Natal ou Recife, nos anos de 1944 e 1945?

2 — quantos feridos de guerra foram acompanhados por essas enfermeiras desses Hospitais de Natal e Recife, para o Rio de Janeiro?

3 — quantas viagens acompanhando feridos de guerra fez cada enfermeira de Natal ou Recife, até o Rio de Janeiro?

4 — qual a idade atual de cada uma dessas enfermeiras?

5 — quais as vantagens ou inconvenientes para o Exército, na inclusão dessas enfermeiras, dezessete (17) anos depois de terminada a guerra, como 2º tenente, na reserva do Corpo de Saúde?

6 — quais os motivos porque as enfermeiras convocadas não seguiram para a Itália ou foram designadas para prestar serviços à Força Expedicionária Brasileira?

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1951. — Cunha Mello.

#### O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido projeto de lei, enviado à Mesa.

É lido, apolado e vai às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional o seguinte

#### Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1951

Exclui da classificação declarada no artigo 1º da Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Manaus, no Estado do Amazonas.

Art. 1º É excluída da classificação declarada no artigo 1º da Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Manaus no Estado do Amazonas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

Na guerra total — por terra, mar e ar — não há mais cidades estratégicas no sentido técnico-militar desta palavra.

Diversas outras cidades incluídas na Lei nº 121, de 1947, já foram excluídas da "condição de importância" que na mesma lei lhes era atribuída.

Nas mesmas condições, por iguais razões, de tal inclusão deve sair a cidade de Manaus, distante das fronteiras do País, no coração da Amazônia, hoje, como ontem, uma das mais cultas, populosas e adiantadas cidades do País.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1951. — Cunha Mello.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 121 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1947

Declara, para fins do § 2º, do art. 28, da Constituição Federal, os Municípios que constituem bases ou pontos militares de exceção de importância para a defesa externa do País.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São declarados bases ou pontos militares de exceção de importância para a defesa externa do País, e para os fins determinados no § 4º do art. 28, da Constituição Federal, os seguintes Municípios: Manaus, Estado do Amazonas; Belém, no Estado do Pará; Natal, no Estado do Rio Grande do Norte; Recife, no Estado de Pernambuco; Salvador, no Estado da Bahia; Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro; São Paulo, Santos e Guarulhos, no Estado de São Paulo; Florianópolis e São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina; Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí e Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul; e Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1947, 126ª da Independência e 59ª da República. — Eurico G. Dutra. — Benedito Costa Neto. — Sylvio de Lencastre. — Canrobert P. da Costa. — Armando Trompowsky.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Venancio Igrejas, por cessão do ilustre Senador Silvestre Péricles.

#### O SR. VENANCIO IGREJAS:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, preliminarmente agradeço ao nobre Senador Silvestre Péricles a cessão de sua vez, e espero em outra oportunidade, retribuir a S. Ex.ª com idêntico tratamento.

(Lendo):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumprio neste instante a promessa imocionada e sentimental que fiz ao ilustre Senador Cunha Mello, neste momento na Presidência da Casa, quando, empolgado pela visão paradisíada das margens infinitas do Rio Negro, numa lancha típica da região, percorramos a caudal imensa do portento afluente do gigantesco Amazonas, a de trazer ao Senado, então distante de nós, pelas extensões continentais da nossa Pátria e perto pela recordação frequente do interesse constante pelas suas atividades, as impressões de uma viagem fascinante, que realimenta nossa inquietude nacionalista quase desesperada pelas riquezas abandonadas do País ilimitado mas que revive em nós as esperanças redobradas quanto ao nosso futuro de Nação grandiosa.

Nas águas escuras da cor do café, com a beleza enigmática de deslumbrante brilho metálico, sentamos o envolvente mistério que paira na Amazônia um misto de admiração e fraqueza, face ao poderio soberbo da natureza dominadora, que parece pretender inferiorizar o homem tímido que deseja subjugá-la.

Estranhávamos a ausência dos "gaiolas" do prospero passado quando só viamos pequenas embarcações a motor lutando hercicamente contra a corrente poderosa.

E pensávamos até quando esses rios imensos, como vias naturais de penetração civilizadora e de intercâmbio comercial, fariam esquecidas a navegação necessária, para logo afastarmos o constrangedor sentimento impatriótico da revolta contra a Nação negligente.

Numa curva, a presença da refinaria retempera a esperança de dias melhores, embora fique uma indagação

angustiante da dúvida de saber até onde a Pátria levará seu interesse na evolução daquele ponto longitudinal de seu corpo desproporcional.

A seguir, Sr. Presidente, a beleza do espetáculo das águas límpidas do Rio Negro escuro com o Solimões brilhante, sem se misturarem, ao contemplarmos um espetáculo inenarrável, de capricho da Natureza, imprimida no coração a angústia do despeto que temos neste País pelo turismo.

Ao ver do avião a fantasia da selva verde como o pano de uma mesa enorme, jóio, esta os desenhos caprichosos dos rios, num boudoir de fazenda exótica; no do navio, apreciar os encantos das viagens pelas vestígios da Amazônia; não há esforço para se perder que nesta dádiva de Deus a exuberante gleba do Norte, exista vestígio de aproveitamento para a rendosa prática do turismo.

O Amazonas continua desesplorado e o pouco da sua população empobrecida, vivendo precariamente nas pequenas cidades litorâneas ou nas pequenas ilhas, sem saúde, como pontos insustentáveis de presença humana às margens dos rios indomáveis.

No Estado do Rio Negro, Manaus parece uma frasca imbuída, na qual praticamente se vai concentrando a população, atraída pelas ilusões vãs, sem a fisionomia antiga, pela imbução curiosa de favelas flutuantes às margens do rio e a se estendendo grotescamente em um terço do número de habitantes da Cidade de Belém, levando a proliferação de um problema grave para as autoridades.

Regressei à Capital Amazônica, após uma saudosa ausência de vinte anos, distância aparentemente secular entre a minha infância feliz na outrora "Cidade Jardim" e a responsabilidade atual dos cabelos brancos, pregores no excesso mas indícios inavulsos de ou as ilusões da mocidade começando a ser arruinadas.

Encontrei-a ainda formosa na floresta ancestral de seus belos edifícios públicos construídos pela loucura da época áurea da borracha.

Prontamente a parte urbana parece se alterar em duas décadas com exclusão aqui e ali de um prédio novo, como relíquia sagrada na mesma face do passado.

Já os arrabaldes cresceram vertiginosamente numa atividade que surpreende a segunda uma arquitetura pitoresca de bem postas e alinhadas casas de madeira, com limpeza e arborização, que demonstram como populações mais desfavorecidas do recursos podem, modestamente embora, viver satisfatoriamente bem e de maneira historicamente satisfatória.

Manaus e o Amazonas me pareciam mais uma vez a glória de um novo como o brasileiro com a fortaleza impenetrável de ânimo contra de ter construído a fazer prosperar uma grande civilização nos ambientes indomáveis.

Sr. Presidente, há comemorações de aniversário por ocasião da vitória na independência do Brasil, para comemorar melhor nossa terra e nosso povo.

Louvo a iniciativa do Senado do Amazonas, na sua afilhada parca, confiante, nesta Casa, o nobre Senador Cunha Mello, em homenagem a fazer parlamentares a Manaus por ocasião das festas juninas da tradição e família. Faltou, porém, do Amazonas, recentemente levado a efeito com tanta insistência no transcurso do 5º ano de realização e de sucesso.

Finaliza, Sr. Presidente, a minha cidade inteira em vista a uma grande tabuleta ao ar livre a partir da antessala das festas e dos ritos do nosso rio folclórico.

Arraço, Sr. Presidente, minha a oportunidade que me foi, primeiramente de rever Manaus, parentes e amigos, os brasileiros que viram as escuras onde brincava e as escolas onde estudei, sentir o calor amistoso de seu bondoso povo, que não me negou honrosas manifestações de ac-

tima, visitar a casa paterna e o túmulo de minha mãe, retornar enfim às origens da formação da minha personalidade. Também o prazer do convívio com os demais membros da Comitiva.

Em meio a tantas alegrias, que ainda povoam meu coração agradecido, perdura contudo a tristeza de ter encontrado em Manaus quase 200 mil irmãos brasileiros sem energia e sem luz, especialmente porque há anos a deixei na ostentação orgulhosa de uma das mais bem iluminadas cidades, para agora a reencontrar com as suas ruas limpas, largas e bem pavimentadas, com suas praças amplas, arborizadas e simpáticas, na melancolia aflitiva das trevas, com os lares soturnamente na escuridão, apenas às vezes o tênue clarão envolvente e fraterno do luar equatorial, sempre um ar fantasmagórico de uma iluminação de pontos esparsos e de candieiros cavernosos, da luz itinerante dos veículos, no contraste gritante com o dia ensolarado que aquece os corações amazonenses robustecendo a esperança de uma solução para a calamidade que os aflige e faz uma população retroceder meio século.

No clima tórrido há falta de geladeiras e ventiladores. Onde os alimentos são escassos e caros ficam sujeitos a rápida degeneração.

Não pode haver progresso sem eletricidade!

Só o auxílio federal poderá socorrer nossos conchidados.

Para ultimar a construção da usina termelétrica urge uma ajuda de 200 milhões de cruzeiros. É o caso de lembrar ao Governo Federal que o Fundo do Trigo pode transformar-se em fonte de energia para Manaus.

O Sr. Cunha Mello — Dá V. Exa. licença para um aparte?

O SR. VENÂNCIO IGREJAS — Com muita honra, nobre Senador Cunha Mello.

O Sr. Cunha Mello — Urge, realmente, o financiamento de mais duzentos milhões de cruzeiros, isso sem excluir-se aquilo que, da verba já votada, ainda não foi entregue à Companhia de Eletricidade de Manaus.

O SR. VENÂNCIO IGREJAS — Muito obrigado a V. Exa., nobre Senador pelo Amazonas.

Em agosto, não sei se a luz de velas, ali se realizará uma Reunião de Governadores.

Estou certo de que o ilustre Sr. Presidente Jânio Quadros nesse ensejo concederá o auxílio que dará vida a Manaus e ficará na memória dos barões como o mazo da luz colocado na história da Cidade na companhia dos benfeitores locais inolvidáveis como Lobo D'Almeida e Eduardo Ribeiro.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. VENÂNCIO IGREJAS — Com muita honra.

O Sr. Cunha Mello — Como um gesto de agradecimento, nós amazonenses, temos que registrar que o Sr. Jânio Quadros, mal assumiu o Governo, mandou pagar o saldo das verbas devidas ao Amazonas. Infelizmente, esse saldo ainda não é suficiente para as obras.

O SR. VENÂNCIO IGREJAS — Muito obrigado a V. Exa., pelo esclarecimento que traz.

Sr. Presidente. Srs. Senadores, peço desculpas pelo devaneio. Isto já não é um discurso senatorial, e sim um poema de saudade e de esperança. Mas, quem ao ver e sentir a Amazônia no seu fascínio, não sonha e ama como um poeta?

Nobre Senador Cunha Mello, está cumprida a promessa!

Como retribuição pela viagem, fico incluído na bancada amazonense que tanto honra esta Casa, com V. Exa. Mourão Vieira e Vivaldo Lima, para trabalhar pelo engrandecimento do Amazonas e o bem estar de seu Povo. Pois a Guanabara generosa me permite dividir meu coração de brasileiro entre a terra dos meus antepas-

sados e o rincão maravilhoso onde nasceram e vivem meus filhos à sombra protetora do Cristo Redentor do Corcovado, ao qual ergo uma prece a pedir sua santa bênção para o operoso Povo Amazonense.

O Sr. Cunha Mello — Dá V. Exa. licença para mais um aparte?

O SR. VENÂNCIO IGREJAS — Com muita honra.

O Sr. Cunha Mello — A alegria que produz no meu espírito o discurso de V. Exa., leva-me a pedir-lhe o registro de que depois de vinte anos de ausência de Manaus e da sua illustre família, naquela terra tão conhecida e tão estimada — V. Exa. encontrou a Capital Amazonense, já muito melhorada. Já adquiriu sua tradição da "Cidade Risonha", com as ruas todas asfaltadas, com inúmeros prédios escolares construídos, com inúmeros edifícios e sobretudo com modelar maternidade. Esses melhoramentos, realizações do atual Governo do Amazonas, V. Exa. presenciou comigo e seus colegas de comitiva que visitaram todas essas obras.

O SR. VENÂNCIO IGREJAS — Realmente, flui bem impressionado com as obras que, ali, o Governo realiza, ainda que muito haja a fazer não só em Manaus como em todo o Amazonas. A meu ver o Governo Federal deve prestar grande auxílio não só ao Estado do Amazonas, mas a toda aquela região, porque, para o futuro do País e até para a segurança da nossa unidade, é urgente e indispensável que a Federação culde bem da Amazônia.

Sr. Presidente, termino este verdadeiro poema de saudade e de esperança. Não apenas agradecido, mas augurando poder um dia, e o mais cedo para não passar vinte anos de ausência, voltar a Manaus e encontrar-lhe bonita como sempre, como a "Cidade Jardim", sua alcinha de outono, e já agora toda iluminada, para que passe a ser uma "Cidade Sorriso". (Muito bem, muito bem, Palmas. O orador é cumprimentado).

Durante o discurso do Sr. Venâncio Igrejas, o Sr. Cunha Mello deixou a Presidência, assumindo-a o Sr. Argenô de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Cunha Mello.

O SR. CUNHA MELLO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, são minhas primeiras palavras de agradecimento ao testemunho que trouxe a esta Casa o nobre Senador Venâncio Igrejas da visita que fez à minha terra, a Cidade de Manaus. Encontrei S. Exa. a nossa Capital toda asfaltada, com diversos grupos escolares novos, com uma modelar maternidade. Viu já restaurados o seu belo teatro, patrimônio artístico do Brasil. Tinha, então, a alegria da luz das tradicionais fogueiras de S. João e de São Pedro, em falta de luz elétrica. Já Manaus começa a sorrir, a renovar a sua tradição de "Cidade Risonha".

Nós amazonenses quando iniciamos essa caravana de visitas ao Amazonas por ocasião de suas festas folclóricas, temos em vista, como objetivo principal, unir, cada vez mais o Brasil, levando todos os brasileiros àqueles pontos do extremo norte do País, a fim de que, todos, ao conhecerem o Amazonas, saibam estimá-lo, admirá-lo e ser-lhe útil e à Nação.

Sr. Presidente, escolhido pela minha bancada para representar o Senado no próximo Congresso de Turismo a realizar-se na segunda quinzena de julho em Washington, esgrevi, para ser apreciada, tese sob o título "O Fascínio Turístico da Amazônia" e que demonstra que com o turismo ao contrário de representar a minha terra, procurando ser-lhe útil e ao Brasil.

Sr. Presidente, aqui está o meu trabalho; peço a V. Exa. seja transcrita

no "Diário do Congresso", a seguir às minhas palavras. (Muito bem.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO

O Fascínio Turístico da Amazônia. Em dias idos, dum passado recente, o turismo era privilégio de uma pequena classe social.

Então, somente reduzido número de pessoas, dispondo de meios e recursos, podia dar-se ao fluxo das chamadas viagens de prazer.

Ainda contemporaneamente, essas viagens eram realizadas, restringindo-se a limitadas distâncias. Alongá-las seria arriscar-se a imprevistos, transformando-as em verdadeiras aventuras. Os caminhos eram difíceis e inseguros. Podia-se fixar a data da partida para as longas excursões. Nunca, porém, era possível prever o dia do regresso.

Desde longínquos tempos, as humanas tendências turísticas, como se sabe, são conhecidas e praticadas. Já existiam. O comportamento humano varia de acordo com as próprias condições de vida de cada época e mesmo do homem em particular.

Os motivos dessa variedade são o reflexo de impulsos que não variam, antes exprimem forças que se manifestam da mesma forma no homem de hoje, como de ontem, no homem de todas as épocas.

Assim, os motivos do turismo estiveram e estão presentes, tanto hoje, como em outras eras.

Como encontrá-los? Onde encontramos o primitivo turista? A história está cheia, nos fornece vários exemplos.

Vamos encontrá-lo desde a rainha de Sabá...

Que foi a viagem dessa rica e famosa rainha a Israel, senão, ao que se pode presumir — uma excursão turística?

Atraída pela fama e reputação de Salomão, pelas notícias da opulência de seu reino, Belkis foi visitar o grande rei na época do seu maior esplendor, logo após de acabada a construção do seu santuoso palácio.

"La reina de Sabá tuvo noticia de la fama que Salomón se había adquirido para la gloria de Yahvé, y vino a probarle con enigmas."

Llevo, pues, a Jerusalén con un séquito muy grande, con camellos que traían especias aromáticas, muchísimo oro y piedras preciosas. Y fué a ver Salomón, con el cual hablo de todo lo que había en su corazón. Salomón le respondió a todas sus preguntas: no hubo cosa que fuese escondida al Rey y de la cual no pudiese dar solución." (Sagrada Biblia, por Mons. Dr. Juan Straubinger — The Catholic Press. — Inc. Chicago).

Não teria tido fundo turístico o sentimento que inspirou a volta do Filho Pródigo de que nos fala a famosa parábola?

Também as viagens de Marco Polo, apesar dos interesses comerciais a ela ligados, não poderiam deixar de ter, como motivos psicológicos, forças semelhantes às que impulsionaram o pacato e modesto turista dos nossos dias. Por que não descobrir um sabor turístico na viagem do cosmônauta Gagarin e principalmente do americano Shepard? O mesmo se pode afirmar em relação aos deslocamentos dos novos nômades, que aliam a procura de melhores condições de vida por certo, buscavam variar de ambiente e de paisagem.

Partindo do nomadismo, tendência que impõe o indivíduo à busca de novos horizontes, podemos fazer considerações, talvez inteiramente novas, sobre as origens do turismo.

Outras possíveis explicações que se deem às emigrações dos nômades, como a busca de alimento, e, mais tarde, os imperativos comerciais, não seriam mais importantes que a necessidade, profunda, como procuraremos focalizar na mais breve análise que se segue.

O Verdadeiro Marco do Turismo

Cada modo de vida de um povo, de uma nação, e uma maneira de o homem viver. E, nesse homem vivo, escondem-se movimentos emocionais dos mais transcendentes da alma humana. Quanto mais primitivo um povo, mais fácil a análise do seu simbolismo, e mais fácil a descoberta das ligações causais entre os fatos e as forças psicológicas profundas. Assim sendo, analisamos o modo de vida do nômade.

O que, além da busca de melhores condições ambientais, pode impulsionar um povo a não se fixar em lugar definido? Parece-me que o fundo do nomadismo há um impulso errático, uma tendência a substituir sempre os quadros do cotidiano, uma necessidade de quebrar a rotina.

Talvez a quebra da monotonia, o atrativo pelo misterioso, pelo desconhecido, a fuga ao cotidiano, a uniformidade da vida, sejam razões importantes.

O argumento de que mudanças de ambiente, muito repetidas, tornam-se tediosas, é superficial, não sendo válido no nível em que se colocam os fenômenos aqui discutidos. E, para o turista moderno — que não é obrigado a migrar para colher alimento — a fuga à rotina será por certo a mais poderosa razão de deslocamento.

Os Dois Tédios

O tédio é universal. O "cotidianiza-se" ao mesmo tempo que atrai o indivíduo, lhe deixa na alma uma angústia profunda. Um dos meios de mitigar essa angústia, a viagem, processo simples e primitivo, usado em todos os tempos.

Muitos fogem do tédio, mas aqui convém lembrar que há um tédio vital, metafísico, e um tédio vulgar que se traduz na simples hostilidade às práticas rotineiras. Este último, de fato, resolve-se com uma viagem.

Identificá-lo com a outra espécie de tédio seria temerário.

A confusão dos dois conceitos deformaria o genuíno sentido do tédio e da angústia vital, que estão sujeitos a uma infinidade de deturpações, as quais se podem notar facilmente, mesmo num estudo superficial do problema. Talvez uma boa separação, entre as duas formas de tédio, pudessem ser útil para a saúde mental de cada um, pois o que vulgarmente chamamos de tédio, não é o tédio metafísico — o qual é fecundado em suas manifestações, quando bem aceitas e compreendidas, e não se evita, nem com viagens, nem com outros artifícios, já que é inerente à condição humana.

Vemos assim como o turismo pode ser ligado, sem muito esforço, aos movimentos emocionais básicos do homem, e mesmo aos mais transcendentes, dentro deles.

O Turismo Na sociedade Atual

Deixando de lado estas especulações filosóficas, examinemos como o turismo se apresenta, modernamente, em sua feição social, no seu aspecto menos transcendente, nem por isso, porém, menos importante, individualista e socialmente.

Desde o começo do Século XIX, o homem vem criando, com seus numerosos, sucessivos e admiráveis inventos, os meios indispensáveis a vencer, em condições de conforto, rapidez e segurança, distâncias cada vez maiores. E, pelo. Meios de locomoção de que dispõe, e os elementos de comunicação a seu alcance, consegue deslocar-se celeramente, para qualquer parte, sem perder, entretanto, as ligações com toda parte. Estão-lhe abertos, sem tropeços, os caminhos da terra, do mar e do céu. Domina o espaço

e sobrepõe-se ao tempo. Os transportes modernos são verdadeiras cidades em movimento, e fluem em contato instantâneo e direto com todos os acontecimentos do mundo. As ferrovias e rodovias, oferecendo serviços cada vez mais eficientes, e os aviões, em plena era do jato, tornam imensamente mais curtas as distâncias, com redução extraordinária do tempo para percorrê-las. A linguagem, nos múltiplos destinos e nos seus variados aspectos, diminui as distâncias, amplifica desmesuradamente o campo de ação do homem. Aumentando a produtividade, propiciando-lhe, em mais largos laços, margem maior de vida para as tarefas e preocupações cotidianas.

A medida que a civilização se tem expandido, o turismo, como a demonstrar os próprios avanços, vai adquirindo sentido novo.

#### Os Aspectos Culturais do Turismo

Mais do que simples prazer de repouso, longe das tarefas e responsabilidades do centro permanente de trabalho, as excursões de férias passaram a constituir meio eficaz de desenvolvimento cultural. Na paisagem geográfica e humana, nos monumentos e nos tesouros artísticos, nos santuários, nos costumes, nas atividades de toda a nação, há sempre uma fonte abundante de ensinamentos. Observando-se a um raio pelo espetáculo que oferecem e pela identificação que despertam, e a outra luz, um meio de se conhecer a natureza, as origens, a evolução e o destino de cada país e, através da comparação com a experiência e os conhecimentos adquiridos, capacitar-se a compreender as ações de semelhança ou discordância com outras regiões. A contemporalidade direta nunca poderá ser inteiramente substituída pela descrição ou pela notícia mais minuciosa. De isto teve experiência também a Família de São, quando exclamava (III Reis, 106-7): "É verdadeiro o que ouvi acerca de tua conversação e da tua sabedoria; contudo eu não acreditava que mo diriam, até que eu viesse a ver e vi com os meus olhos, e tenho reconhecido que se me não dizia a metade do que era: São maiores a tua sabedoria e as tuas obras, do que a fama que tenho ouvido."

Aprende-se história e certo, nas fontes de informação ou nos compêndios que a recolheram e registram. Mas, no local, do acontecimento, tem-se a impressão de vê-lo renovado, ou ganha-se, pelo menos, melhor compreensão de como se há erificado. É que a imaginação procede à ressurreição do passado com base em alguns elementos reais. Do mesmo modo, só o contato direto dá a sentir certas peculiaridades de caráter individual ou coletivo, insensível a distância. O fundamento do turismo que ora, no início, o de proporcionar o agradável, alargou-se consideravelmente, abrangendo o domínio do útil. As viagens por prazer se transformaram em verdadeiras viagens de descobrimento.

E o termo "descobrimento" que no início tinha sentido mais restrito — "descobrir" novas terras, tal como Colombo — apresenta, aqui, uma significação mais ampla, que abrange a descoberta de novos fatos culturais, de coisas desconhecidas através da literatura, do cinema, do rádio e da televisão, e que passam após o descobrimento, a fazer parte do nosso mundo experimentado.

Esta ânsia de apreender e conhecer compreensivelmente evita, também, que a viagem se transforme simplesmente numa fuga aos tédios e aos acontecimentos cotidianos.

Pois há o perigo de que o viajante deixe de considerar a excursão como fonte de enriquecimento, procure encará-la apenas como um meio de ser colocado longe dos seus problemas de cada dia. Tais evasões, devido às facilidades proporcionadas pelo transporte moderno, tornaram-se muito fá-

ceis; basta vermos quantas vezes encontramos viajantes que dão exagerada ênfase aos quilômetros percorridos em suas viagens, ou a uma estrada em tal lugar, mas que, em matéria de compreensão e aproveitamento real da jornada, regressam completamente jejunos. Na tentativa de fugirem ao tédio e aos problemas humanos, fecundam-se às influências benéficas da viagem.

No geral pode-se, porém, afirmar que basta espalhar para aprender, dilatando o horizonte do conhecimento.

Tem-se também, assim, estabelecendo mais convivência entre os povos da terra, procurando-se conhecer todos eles, conseguindo relações com eles.

Tem-se enfim, pela aproximação entre a humanidade de todos os continentes, trabalhado para a realização do ideal da ONU — a paz universal.

O turismo é, nesse aspecto, um fator de confraternização universal.

#### Os diferentes tipos de turismo

Em turismo, como tudo na vida, para seu maior êxito, urge conhecer e seguir os gostos, as inclinações e preferências. Os temperamentos experimentam mais prazer diante das paisagens da própria natureza. Gostam desse prazer, gostam também, dos lugares, outros, procuram distanciar-se com seus melhores amigos. Nada mais há mais a sensibilidade do que o céu e o mar; a montanha que se empina, respirando além das nuvens ou se lança em abismos; os rios a desnascer, tranquilos e volumosos em largos estuários, ou a precipitam-se em cascatas; as florestas verdes, virgens, umbrosas e a praias isoladas. Às manifestações artísticas, em poesia, em pintura, música, arquitetura, o que buscam e a expressão natural, a espontaneidade de criação do genio humano.

O que a Amazônia oferece ao turista. Ao turista que sobrepõe os quadros da natureza aos da civilização, o que se deixa atrair mais pela beleza as-pectual do mundo inócuo, não domesticado ainda pelo homem, do que pelas graças da vida urbana ou dos jardins civilizados — a esse turista os fascínios da Amazônia serão irresistíveis.

Mas, antes de tratarmos do turismo na Amazônia, vejamos que região é essa, e qual o quadro com que o turista se defronta, lá chegando.

#### O Amazonas e a Amazônia — Descrição geográfica

É vago o conceito de Amazônia. Legamente, entende-se por Amazônia a parte setentrional do Brasil, influenciada, em termos de morfologia do solo, cobertura florestal e clima, pelo imenso poeumográfico, onde se integram o rio Amazonas e seus maiores tributários. Somam-se neste espaço, de que participam cinco Estados e quatro Territórios Federais, terras e habitantes, alcançando 5.057.200 quilômetros quadrados e 3.953.700 almas. Note-se que a superfície total do País e de, aproximadamente, 8.500.000 quilômetros quadrados, permitindo supor que 60% ou, mais ou menos, 3/5 do território brasileiro, são, por força de lei, amazônicos.

A participação do Amazonas, que é o coração continental deste mundo quase indevidado, traduz-se em 31,37% (1.586.473 quilômetros quadrados) daquela área e em 14,338% (570.000 habitantes) de sua população recenseada. Neste vasto império equatorial, figura o Estado com a insiginificante densidade populacional generalizada de 0,36 habitante por quilômetro, enquanto esta rarefação se torna drasticamente mais aguda, quando se considera que acima de 21% de seus habitantes se encontram aglomerados em cidades, vilas e povoados.

Mas consideraremos como Amazônia, no nosso estudo, a região norte do País, constituída pelos Estados do

Amazonas e do Pará, e pelos Territórios de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá.

Podemos considerar a região sob quatro pontos de vista: do relevo, do clima, da vegetação e das atividades econômicas. (Dados fornecidos pelo I.B.G.E.).

#### Do relevo

O traço mais característico do relevo da grande Região Norte e a extensa planície que se estende entre os planaltos Guianenses ao Norte e o Brasileiro ao Sul.

Esta vasta área sedimentar é constituída em sua maior superfície por "terras firmes", que são do fim da era terciária, isto é, do plioceno, enquanto as "várzeas" ou "terrenos alagados" constituem depósitos mais recentes do pleistoceno e do holoceno ou atual.

A extensa planície da Amazônia Brasileira é composta por sedimentos que se depositaram desde o período pós-cambriano até os nossos dias, havendo, naturalmente, várias lacunas. A delimitação entre a região da planície e as encostas dos planaltos guianenses e brasileiro, é feita, usualmente, pelas primeiras corredeiras que aparecem no leito dos afluentes de ambas as margens do Rio Amazonas, que atravessa a planície em sentido oeste-leste. O âmbito da planície ultrapassa as fronteiras nacionais chegando, a oeste, até o sopé da Cordilheira dos Andes. Esta gigantesca planície se estende para leste entra no Brasil na altura do meridiano de 70° W.Gr., descendo para o Atlântico com uma fraca declividade, uma vez que, a mais de mil metros do litoral, sua altitude é apenas de 65 metros.

No litoral, destaque especial deve ser feito às rias e aos níveis escultados de terraços, que chegam a cota de 100 metros. No litoral amapaense, além destes traços morfológicos, tem-se também oportunidade de identificar linhas de falésias mortas, as quais constituem mais um argumento para explicar a oscilação do nível das terras e águas.

As zonas das baixadas inundáveis, constituídas de vasa, merecem destaque especial, pois são as áreas de "terras imaturas" ou em "formação", cujo aproveitamento para a agricultura é muito importante.

Na zona costeira do Amapá existe um grande número de lagos, principalmente do município do Amapá, alguns quilômetros ao norte do Rio Araguari, o que motivou o aparecimento de uma zona conhecida como região dos lagos do Amapá. Estudando-se a gênese dessa zona lacustre, pode-se dizer que se trata de lagos de barragens, isto é, formados por flechas sucessivas de lama, hoje transformadas em terra firme.

O Golfo Marajoara, ou como dizem alguns autores, Golfo Amazônico, compreende o trecho da zona costeira, a imensa foz do Amazonas, construída por um grande arquipélago, cujas ilhas mais importantes são: Marajó, Caviana e Mexiana.

O que em seguida se pode destacar como interessante do ponto de vista do relevo é a encosta guianense.

Essa região apresenta duas grandes massas orográficas, denominadas serras orientais, que constituem os divisores de águas entre os rios que vertem para a bacia Amazônica, e os que correm para o litoral setentrional da América do Sul.

O ponto culminante do Planalto das Guianas é o monte Roraimá, com 2.875 metros, localizado no ponto de trijunção da fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana Inglesa. Nas serras orientais, o ponto mais elevado é o monte Timotaguem, com 850 metros de altitude.

#### Clima

A área Amazônica, em virtude de sua posição geográfica e de seu relevo, apresenta temperaturas médias elevadas, pouco oscilando em torno dos 25° C, amplitude térmica anual

inferior a 3° C, chuvas abundantes, que por vezes ultrapassam a 3.000 milímetros, e alto grau de umidade relativa, mais de 80% em média. Esses vários fatores meteorológicos correlacionados, deram margem a se considerar o clima da grande Região Norte como insólito a vida humana, favorecendo o desenvolvimento de uma série de agentes vetores do complexo patológico tropical, capazes de transmitir várias doenças.

O clima Amazônico tem sido vítima de falsos e exagerados conceitos. A. R. Wallace, por exemplo, afirmou ser dos mais saudáveis e amenos. Ao lado disso, estudos diversos condenaram definitivamente a região Amazônica, em função do seu clima hostil, de seu calor insuportável, de sua elevada umidade.

Sem cair em tais excessos, e após a análise dos dados meteorológicos, pode-se dizer como Le. Coite que "o clima da Amazônia é quente, sem ser torrido, muito úmido, debilitante e enervante sem ser essencialmente insalubre". É capaz, por conseguinte, de permitir o desenvolvimento de uma civilização estável e eficiente, desde que se consiga estabelecer na região, depois do conhecimento de sua estabilidade climática, uma economia de base, cujos principais produtos sejam favoráveis aos dois fatores locais preponderantes: calor e umidade.

Tratando-se do clima da Amazônia, deve-se pôr em evidência que, na aclimação do homem a região, o nível de vida é muito importante, pois desde que se consiga meios técnicos, como arrefrigerado nas habitações, geladeiras, etc., além de alimentos e roupas próprias, imediatamente os rigores climáticos serão amenizados. O clima da Amazônia está longe de ser conhecido, contribuindo para este fato a deficiência de estações meteorológicas. Em vastas áreas, perfazendo centenas de milhares de quilômetros quadrados, não há, muitas vezes, um simples posto pluviométrico.

A classificação climática que melhor retrata o complexo clima-vegetação nos grandes conjuntos regionais, é a de Köppen. Aplicando-a a Amazônia, observa-se que toda essa região está compreendida no grupo A — climas quentes e úmidos, distinguindo-se vários tipos, que se diferenciam pelo total de precipitação ou pela época de ocorrência do período seco, que se arrasta gradativamente do interior para o litoral, em consequência do avanço progressivo da massa Equatorial Continental.

#### Vegetação

Constitui a vegetação amazônica característica das mais particulares da região. O nome Amazônia sempre evoca, em nossa lembrança, as grandes florestas virgens, as árvores pujantes, enfim, a selva bravia; grandioso espetáculo da natureza, que, comovendo a sensibilidade de quantos a contemplam, tem inspirado obras de arte de inegável valor, na literatura, na pintura e na música.

Do ponto de vista dos tipos de vegetação, a Região Amazônica pode ser caracterizada, em linhas gerais, como uma área cuja maior porção (90%) é ocupada pela floresta equatorial, a "ever-green tropical rainforest" a que Humboldt denominou Hiléia; uma faixa costeira de vegetação hidrófila, e mangue; manchas campestres disseminadas no âmbito da floresta; e uma pequena porção da chamada Zona dos Cocais — tais são os componentes do quadro fitofisionômico regional.

A floresta equatorial é comumente dividida em três tipos associados a outras tantas feições morfológicas características da área: a mata do várzea, de terra firme e de igapó. Esses três subtipos da floresta apresentam diferenças que são devidas não só à sua distribuição especial em relação às três feições morfológicas acima referidas, mas também às suas respectivas composições florísticas.

A mata de terra firme, no entanto, apresenta certas características que

definem o aspecto geral da formação e que podem ser estendidas aos dois outros subtipos. É uma formação que apresenta estratos, a partir do solo, respectivamente compostos por uma cobertura de gramínea mais ou menos rarefeita, elementos de porte arbustivos e, finalmente, indivíduos arbóreos.

Duas de suas características essenciais são encontradas no alto porte das árvores que compõem o estrato superior, e pela diversidade de espécies que a constituem; um outro aspecto a ressaltar é sua heterogeneidade, isto é, o grande número de espécies — diversas que ocorrem por unidade de área.

Outra característica da floresta equatorial é encontrada no grande número de espécies que fornecem valiosas madeiras de lei, vários tipos de latex (como os da seringueira e caucho), e essências de alto valor que, pelo uso de técnicas tradicionais na Região, constituem mesmo a base de sua economia.

A o racina, a castanha, o caucho, a ma aranduba, o pau-tosa, e andiroba, o muçumuru, o acapu, o babaçu, o ananás, o cedro, o mogno, o pau-amarelo e a copaiba, compõem um patrimônio natural que é imensamente utilizado.

No limite sudoeste da região imiscui-se na floresta, nela disseminada e com limites extremamente imprecisos, a chamada Zona dos Cocais, da qual os elementos mais representativos são o babaçu e a carnaúba. Os babaçus constituem um aspecto relevante da vegetação desta área, não só pela sua importância como produto exportável, mas ainda pela indústria e gênero de vida que condicionam.

No entanto, apenas uma estreita faixa da zona dos cocais está incluída na região amazônica. Apesar da extrema imprecisão de seus contatos com as formações botânicas que a limitam, a zona dos cocais é uma das regiões fitogeográficas brasileiras melhor individualizadas, constituindo paisagem rara, de uma beleza exótica.

As ocorrências campestres na região apresentam desenvolvimento espacial reduzido em comparação com a área ocupada pela floresta, não surgindo grandes extensões contínuas, mas sim em manchas isoladas no âmbito da Hiléia, e que apresentam, de modo geral, limites bem definidos com a floresta.

As formações campestres que aí concorrem são compostas, na maior parte, por campos cerrados aparecendo também os campos limpos, os campos das várzeas inundáveis, bem como "caatingas".

Exceção feita dos campos de várzea, dos campos limpos e das caatingas típicas, parecem sempre concorrer, associados aos campos da região, alguns elementos do cerrado.

O aspecto do cerrado lembra a vegetação dos parques: árvores esparsas, de galhos retorcidos, que apresentam folhagem pouco desenvolvida e uma camada suberosa grossa e fendilhada; o solo é recoberto por um tapete de gramíneas; de modo geral, na região, o capim "Barba de Bode" ali denominado "Rabo de Burro".

Sua aparência é hostil, fria e um pouco melancólica — mas nem por isso menos bela. É uma paisagem que poderíamos chamar de cinzenta e cortante.

Finalmente, ocorrem na região os mangues ou mangais, bordando a costa em extensão variável para o interior. Localizam-se eles, por força do seu acentuado hidrofilismo, na zona inundada pelas marés e acima do limite da baixamar. O mangue é um tipo de vegetação inconfundível que apresenta características muito especiais: vive em ambiente salgado ou salobro, tem grande capacidade de reprodução e invade facilmente as zonas lodosas, para cuja consolidação contribui como importante fator.

O mangue, em certos locais, acompanha o curso dos rios, formando pes-

tanais, enquanto a salinidade permite sua instalação.

Resumindo, o principal aspecto fitofisionômico da região é representado pela grande área ocupada pela floresta equatorial. As formações campestres não apresentam expressão regional como vimos, e o mangue apenas caracteriza a região para quem, vindo do oceano, penetra seu interior.

#### Atividades econômicas

O extrativismo florestal a quase totalidade do espaço amazônico. A lavou e a pecuária são as atividades econômicas que pouco atraem o homem da região.

Na encosta setentrional do planalto brasileiro, a quase totalidade dos recursos exploráveis permanece como riquezas latentes, já que é um deserto do ponto de vista populacional, o mesmo sucedendo na encosta guianense, onde há grandes extensões inteiramente desconhecidas. De modo que só no alto Rio Branco é paries da área do Território do Amapá, localizadas na encosta, estão tornando recursos a economia da região.

Na região litorânea a atividade agropastoril é mais ativa que a extrativa vegetal. Também a pesca tem certa importância na vida econômica de algumas zonas, e neste particular não se pode deixar de frisar que a pesca fluvial constitui, para grande parte dos habitantes da Amazônia, a fonte da carne fresca para a alimentação diária.

Na produção extrativa vegetal, especial destaque deve ser dado à borracha e à castanha, que são os produtos de maior significação na economia local.

A borracha já foi produto de grande importância no Brasil. O seu ciclo ancilar tem início, segundo alguns autores, em 1860, e, segundo outros, em 1870. Devemos aqui destacar o grande fausto produzido, na região, pela coleta da goma elástica, até a primeira década do presente século. No ano de 1912 quando teve início a decadência, como consequência da produção oriunda do sudeste asiático, e a economia de todo este espaço do norte do Brasil foi profundamente atingida. Do ponto de vista geográfico, o apogeu da produção de borracha da Amazônia condicionou o aparecimento de grandes construções nas cidades, ou mais especialmente, em Belém e Manaus. No período que se seguiu entre a primeira e a Segunda Grande Guerra, o movimento econômico condicionado pela coleta de goma elástica decresceu bastante. Enquanto a área produtora se enfraquecia, ou pelo menos não aumentava o volume da produção, o parque industrial crescia e consequentemente fomos obrigados a tomar uma série de medidas, que até certo ponto, poderão parecer absurdas.

Recorremos à importação de borracha do oriente, cogitamos de desenvolver a nossa produção de borracha sintética e de desenvolver o cultivo da hevea mesmo em áreas extra-amazônicas, como em trechos do litoral da Bahia e de São Paulo.

A segunda Grande Guerra fomentou outra alta na produção de borracha na região amazônica, já que os aliados não dispunham de mercado do oriente.

A castanha do Pará é outro importante produto de coleta da área amazônica, bem conhecido no exterior. Todavia, a sua apanha está condicionada ao preço fixado pelo comércio internacional. A consequência desse fato é que a produção da castanha do Pará é bastante flutuante.

No domínio da produção extrativa vegetal citam-se, além da borracha e castanha, a balata, ucuquirana, tucum (amêndoa), murumuru, babaçu, maçaranduba, sôva, timbó (raiz), madeiras, guaxima ou uacina e cacau. Quanto ao guaraná, deixamos de citá-lo entre os produtos extrativos, já que a sua maior produção é oriunda do cultivo.

No tocante à lavoura, deve-se destacar: a lavoura de subsistência e a lavoura comercial. A primeira é bastante insuficiente, obrigando o homem a abrir novas clareiras à medida que os solos denunciem esgotamento. A roça do caboclo só consegue produzir bem, no mesmo local, dois ou três anos seguidos. Passado este lapso de tempo, nova clareira terá que ser aberta. E assim sucessivamente. A lavoura de subsistência não produz em quantidade suficiente para alimentar as populações que a habitam, de modo que a Amazônia se vê obrigada a importar um grande número de gêneros de primeira necessidade de outras partes do país. O principal produto agrícola usado na alimentação diária do homem da região é a mandioca, sob a forma de farinha. Na agricultura comercial o planalto da pimenta e da juta apresentam grande significação.

A criação de gado na Amazônia luta com um grande óbice que é a densa e pujante floresta, e a atividade criadora mais significativa dentro da região fica, por conseguinte, restrita às áreas campestres mais extensas.

No tocante aos recursos minerais, grande esperança está sendo depositada nas perfurações realizadas pela Petrobras na região, tendo em vista os resultados promissores de Nova Olinda. Em Manaus acha-se presentemente em funcionamento uma refinaria de petróleo que está trabalhando com o óleo da Companhia Ganso Azul, do Peru. Futuramente, se os poços ora em perfuração se tornarem realmente produtores, do ponto de vista econômico, a localização dessa refinaria em Manaus terá sido providencial, pois dista apenas 130 km em Nova Olinda.

Nos recursos minerais, destaque especial deve ser feito ao manganês, no território do Amapá.

Jazidas de ferro são encontradas, por igual, nas bacias do Jatapu e Negro, assim como o manganês e extratido do rio Arupuanã. Ainda neste território, existem importantes jazidas de minério de ferro, com capacidade calculada em nove milhões de toneladas. No tocante à indústria de transformação, esta é muito pouco desenvolvida, sendo nos maiores centros urbanos desta região, Belém e Manaus, onde ela apresenta maior destaque.

Importante entrave ao desenvolvimento das indústrias nesta região é a falta de energia. É esse o seu principal problema, a necessidade crucial do seu povo.

#### O Turismo na Amazônia

Muito teríamos ainda que falar sobre a Amazônia. Tocamos pouco em suas atrações turísticas, e a descrição que fizemos da região, talvez por nossa ânsia de objetividade, não tenha sugerido o maravilhoso panorama que lá aguarda o viajante.

Poderíamos tentar descrever o grande rio Amazonas, verdadeiro mar dentro do continente; a pororoca — fenômeno devido à entrada violenta da água do mar na foz do rio, no momento das marés; os praias da pesca e da caça; etc...

Mas, como dissemos no início, a descrição mais minuciosa não substitui uma visita ao local descrito. E, apesar de não termos falado das comodidades, tais como hotéis, vias de acesso, etc., encontrados pelo turista desejoso de visitar a Amazônia, não existem dificuldades nesse setor.

Sabemos, pelas estatísticas, que o número de turistas que chega ao Brasil tem aumentado, apesar de permanecer relativamente pequeno.

Num estudo sobre as possibilidades do turismo norte-americano no Brasil, nossa Embaixada nos Estados Unidos recorreu às estatísticas do Departamento de Comércio desse país para demonstrar que, dos 1,8 bilhões de dólares gastos em viagens ao estrangeiro, apenas a milhões foram

aplicados pelos residentes nos Estados Unidos nas viagens ao Brasil. A maior soma (822 milhões de dólares) foi gasta em viagens à Europa e ao Mediterrâneo.

Em 1957, o número de turistas desembarcados no Rio, em São Paulo e em Santos, vindos das Américas, elevou-se a 20.974, contra 14.364 da mesma origem em 1956, ao passo que o dos outros visitantes, em viagem cultural, de negócios, etc., diminuiu, no mesmo período, de 20.003 para 14.861. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, referentes a 1956, entre os estrangeiros desembarcados no Brasil em caráter temporário, figuram em primeiro lugar os argentinos, seguidos dos norte-americanos, os quais, juntos, representam cerca da metade do total.

São estes os dados, que julgamos oportuno trazer a este convívio. Esperamos ter despertado um pouco a atenção para esta maravilhosa e ainda pouco explorada zona, a Amazônia, que poderia vir a ser uma das grandes atrações turísticas mundiais. E esperamos também que, neste dia, as caras acima se mudem, que em vez de vir de fora, muitas centenas de milhares de turistas conheçam o Brasil, e o Amazonas, e tenham a oportunidade de contemplar um dos mais belos e majestuosos espetáculos que pode a natureza oferecer: a floresta inamovível, permanente, e diante da qual o homem sente o apelo de sua longínqua ascendência, e comove-se.

A Amazônia é, de preferência, o Amazonas, em todos os seus aspectos, de cultura, de saúde, de transportes e de economia. E o marinho dos seus rios, certamente em todas as direções; o espetáculo do Rio Negro, terramando-se, revoltado, no Solimões inspirador do poema de Guimarães da Cunha. E a sua orografia, as suas castanhas, a sua juta, o seu guaraná. E a sua flora e a sua fauna.

É a sua riqueza iconológica, a mais variada do mundo, o elemento básico da alimentação do seu povo. É o caboclo, em sua frágil montaria, enferrujado a cauda das águas, a arpoar e a frechar pirarucus, tatarugás, tragejas na mais rica, vasta e volumosa paciência fluvial do mundo.

É o caçador andar que vara as florestas virgens, servindo-se dos próprios cursos d'água, furos, igapós e igarapés, na exploração duma fauna variada e copiosa.

É a sua navegação, hoje reduzida a pequenos motores duma só toida, a regatões, empoeirada pela ausência dos galeões e vaticanos.

É a paisa de madeira, descendo, quase de bobina, a caminho das serrarias de Manaus, Parintins e Itacoatira.

É a Amazônia todo um mundo, inédito e desconhecido, onde, a densidade demográfica é diminuta, mas, onde não têm falado heróis para a defesa da nossa soberania e dignidade. É um deserto povoado de heróis. É, como disse, Mavignier de Castro:

"a vida infernal, numa paisagem paradisíaca".

Pedra do inferno, num pedaço de paraíso.

É o Amazonas, na Amazônia, o elemento típico da região, o mais extenso em território, terras, florestas e águas, vivendo uma cultura ligada a uma economia própria da região, cuja assistência trará os maiores benefícios ao país.

A Amazônia representa um capítulo novo ao turismo internacional, podendo servir à ciência, à literatura e aos anseios da humanidade, faminta e inquieta, oferecendo soluções a muitos dos agudos problemas com que se defronta o mundo atual.

1) O impacto geográfico, produzido pelo inédito da paisagem em grandeza cênica;

2) As duas faces da Amazônia: o espetáculo fabuloso da inundação, quando os rios extravasam, cobrindo

de 30 quilômetros da sua caíha principal — litoral passagístico, com a presença de florestas abundantes.

3) A riqueza ictiológica de suas águas, com a presença de espécies de peixes — Ver Américo Mendes — "Pescarias da América".

4) A facilidade de acesso à floresta virgem, a menos de cinco quilômetros de Manaus, por estrada de rodagem.

5) A sensação de estar dentro de um mundo desconhecido e sem limites.

6) O fato de somente as margens das ruas e das assinaladas a presença humana. O sertão vazia convidando a aventura, em risco ao perigo da morte.

7) A prodigiosa diversificação florestal, capaz de alimentar os mais experientes botânicos que levariam anos para identificar a floresta das espécies florestais.

8) A capacidade de acomodação pacífica de exércitos, demográficos em terras, cujo meio ecológico já, no passado, da natureza demonstrou ser tolerante por todas as raças.

9) A diversidade de frutos alimentares, cujas sementes precisam apenas ser domesticadas, para a produção sistemática de novos valores nutritivos.

10) A presença do fator básico, necessário a todo empreendimento agrícola — a água, de superfície, de subsolo e pluviométrica.

11) A ausência de agentes morbosos, que não possam ser controlados pela moderna técnica sanitária.

12) A impressionante grandeza da paisagem, marcada por cursos d'água, cuja largura alcança, em muitos lugares, acima de vinte quilômetros.

13) A etnia e o fato das populações serem espiritualmente semelhantes às do mundo ocidental e não oferecendo o exótico da Índia, da Indonésia ou do Japão.

14) A inexistência de impactos culturais entre o visitante de qualquer região e raça. O habitante nativo procede em consonância com as relações do europeu e do norte-americano.

15) A inexistência do exótico, no plano social — não lembrando Hong-Kong, Madagascar ou Bang-Kok.

16) Os retratados de Kennedy e do Papa João 23, ou de famosas artistas em qualquer barraca perdida na solidão da hinterlândia.

A Amazônia, na frase feliz de Carlos Araújo Lima, foi uma ligação de humildade que Deus achou bom deixar na terra. Para os homens sentem que o Homem é o mais insignificante dos seres e também poderá ser o mais enterrado, presente de Deus dentro da vida.

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Milton Campos por ocasião do nobre Senador Lobão da Silveira.

#### O SR. MILTON CAMPOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, a Cidade de Ouro Preto, antiga Capitania de Minas Gerais celebrará amanhã data significativa da sua História.

Precisamente há duzentos e cinquenta anos, a 8 de julho de 1711, o Governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho erigia em Vila a povoação que se formaria nos contra-fortes do Itacolomi, em busca de ouro.

1711, Sr. Presidente foi ano de grandes criações na Colônia portuguesa do Brasil, especialmente naquela região, onde começaram a aparecer grandes riquezas minerais.

Já a 8 de Abril daquele ano se criava a Vila de Albuquerque em sequência com o nome mudado para Vila Real do Ribeirão do Carmo, que é hoje a veneranda Cidade de Mariana.

Depois de Ouro Preto, a 17 do mesmo mês de julho, fundava-se, também, a Vila Real do Sabará.

Era o resultado das penetrações que se faziam pelo interior do nosso País, especialmente as Bandeiras paulistas e as Entradas baianas, que depois se apossaram com os próprios habitantes da Metrópole. Estes vinham em levadas tão numerosas em busca do metal precioso, que houve o receio de que se despoiasse o Reino.

Assim se formava o núcleo populacional de Vila Rica, que veio a ter destino tão ilustre na evolução do Brasil.

Ouro Preto ficou realmente carregada de história. É a este o seu destino. Abre, entre aquela gente, movida pela fome de ouro, que da tanta avaria e tanto inquieto o coração dos homens, começou a se formar a consciência da nacionalidade. Muitos foram os episódios da nossa História que tiveram a regência de Vila Rica como teatro, mas cumula entre elas a Inconfidência Mineira, primeiro anseio manifestado, entre dores e sangue, pela emancipação nacional.

Desse episódio ficou o nome auctórico de Tiradentes, que tendo sido o herói popular de ontem, é ainda hoje o inspirador e o patrono do anseio de emancipação nacional, anseio que ainda existe, porque não basta as patentes de emancipação política. Elas reclamam a emancipação econômica, uma emancipação que não se refira somente à libertação do jugo de fora, mas traduza o propósito de eliminar, lá dentro, esses núcleos em que, tantas vezes, se concentra o poder econômico, pondo em risco a liberdade dos bens da civilização.

Cidades e lides dificultando o acesso. Ouro Preto não ficou apenas como uma grande página da História Brasileira, especialmente de Minas Gerais; e também uma singular cidade, verdadeiro relicário de arte, que tem o privilégio de constituir-se uma cidade autenticamente colonial pura em suas linhas, que nas suas construções civis, nos seus belos templos, nas pedras das suas ruas, nas finanças das suas igrejas, na escultura gárgula do Aleijadinho, representa para o Brasil uma riqueza inestimável.

É oportuno, nesta hora, fazer um apelo aos Poderes Públicos do Brasil no sentido de que não permitam que Ouro Preto se afunde na tristeza das ruínas mas permaneça como o verdadeiro testemunho da capacidade artística dos homens que, no passado, ali trabalharam.

O Sr. Novais Filho — Muito bem;

O SR. MILTON CAMPOS — Muitos países procuram reconstruir as cidades que desapareceram. Temos em Ouro Preto uma cidade com o ar do tempo e, neste particular, uma cidade talvez sem similar no mundo. Vários fatores contribuíram para isso, mas o certo é que no seu aspecto urbano, no seu ar, na sua arquitetura, em tudo que ela ostenta, existe em Ouro Preto, pura e autêntica, a marca do passado e a linha de uma construção artística que tem merecido os cuidados, o entusiasmo e a admiração de todos os homens de sensibilidade deste e dos outros Continents.

Este apelo deve ser feito, Sr. Presidente, porque é sabido que Ouro Preto não tem podido ser aquilo que realmente deveria ser. A sua conservação está a cargo do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujo Diretor, o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, pela sua excepcional competência, pelo seu admirável devotamento, pode ser e tem sido considerado um exemplar servidor público e um dedicado estimulador dos estudos da História e da Arte tradicional do Brasil.

Os recursos, porém, são escassos, e para se ter ideia disto basta este confronto: a fim de preparar Ouro Preto para a celebração dos seus duzentos e cinquenta anos, votou-se, se não me engano no ano de 1958, uma verba

de oito milhões de cruzeiros a ser paga parceladamente.

Pois bem, so para a adaptação do Palácio do Café a Museu da República, foi votada uma verba de trinta milhões de cruzeiros!

Não há, evidentemente, termo de comparação, e chegou o momento em que se deve pedir a atenção das autoridades, especialmente dos dirigentes, para o problema da conservação da cidade de Ouro Preto que, ao lado desse valor histórico e artístico, tem uma tradição, recente ainda, mas que se pode sintetizar na velha Escola de Minas, que formou tantos técnicos e cientistas, em benefício da cultura brasileira.

Com estas palavras desejo não passe despercebida, nesta Casa, uma data que se é particularmente cara aos mineiros, e é também ao coração de todos os brasileiros pelo muito que Ouro Preto representa na História de nosso País.

Faço votos para que, voltando-se as atenções no sentido da recuperação da velha Vila Rica, a geração de hoje fique credora das gerações futuras por um grande serviço, que lhes permita recordar, com orgulho, o esforço feito para a conservação de um dos mais altos testemunhos da capacidade realizadora do povo brasileiro no seu glorioso passado. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

Durante o discurso do Sr. Milton Campos, o Sr. Argeniro de Figueiredo, exa a Presidência, resumindo-a o Sr. Cunha Mello

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Heribaldo Vieira.

#### O SR. HERIBALDO VIEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ocupo a tribuna para atender ao apelo de uma parcela da população do Estado de Sergipe, que se sente profundamente ferida na sua economia em decorrência de providências adotadas pelo Instituto Nacional do Sal.

Não é de hoje que o meu Estado vem protestando contra a maneira legal e absurda como faz a distribuição das cotas de sal no Brasil.

Antes da Lei nº 3.137, de 1957, ora em vigor, o cálculo das cotas de produção de sal era feito à base de um estético — os índices percentuais da área de cristalização e de dois fatores dinâmicos, as médias quinquenais da exportação e da produção.

A fixação das cotas, mediante essa fórmula, estava prejudicando consideravelmente os salineros de dez Estados, em favor do maior produtor — Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional, sob a inspiração dos representantes daqueles dez Estados prejudicados, votou a lei nº 3.137, de 1957, que, no seu artigo 10 estabeleceu outras normas para fixação das cotas, segundo as quais são associados na fórmula da média harmônica, os índices percentuais da área de cristalização e da média quinquenal de exportação.

Inconformado com essa lei, o truste do sal manobrou durante dois anos no sentido de evitar a sua aplicação, deixando, para tanto, de distribuir cotas.

Mas a Lei nº 3.137, veio a ser regulamentada pelo decreto nº 46.002, no qual foram inseridos dois artigos que se chocam: o de nº 33, harmônico com a lei, e o 40, que resuscitou o fator produção no cálculo para fixação das cotas.

Os salineros do meu Estado, inconformados com a distribuição de cotas feita com base no ilegal art. 40 do Regulamento, impetraram mandado de segurança vitorioso no Tribunal de Regulamento, impetraram mandado ficando assim invalidado o artigo 40 e mantido em toda sua plenitude o ar-

tigo 36, harmônico com o artigo 10 da Lei nº 3.137.

Graças à intervenção profícua do representante do Estado de Sergipe naquele Conselho, o Dr. Tito Lívio Santana, aprovou a Resolução nº 25.

De acordo com a Lei e o julgado, o Conselho Deliberativo do I.B.S. aprovou a Resolução nº 25-61, em 28 de junho de 1961, com os votos dos representantes de todos os Estados produtores e dos Ministérios da Fazenda, Agricultura e Trabalho, tendo votado em contrário apenas o Presidente do I.B.S. e os representantes do Rio G. do Norte e do Ministério da Viação.

Concretizou-se assim, na esfera administrativa, a violação da lei: a transgressão da jurisdição da firmada pelo Tribunal de Recursos, com prejuízo para dez Estados da Federação, no intuito evidentemente deporável de beneficiar o Estado do Rio Grande do Norte, alias o maior produtor de sal do país.

Mas o Presidente do I.B.S. vetou a Resolução nº 25 e o Ministério de Comércio e Indústria homologou o veto.

Estados prejudicados: Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Estado do Rio, Bahia e Sergipe.

O meu Estado, se o Sr. Presidente da República não reconsiderar o ato do Sr. Ministro do Comércio e Indústria, ou se o próprio Ministro não o fizer, terá um prejuízo de cinquenta milhões de cruzeiros, quantia respeitável para um Estado pobre, sempre abandonado dos governos e afastado da Federação, como é o caso de Sergipe.

No entanto, o Sr. Presidente, o Rio Grande do Norte não terá qualquer prejuízo com a aplicação dessa lei, de vez que, além de sua quota normal, dada pela Resolução 25 de 61, de 478.800 toneladas, ainda poderá exportar no ano salinero presente 300 mil toneladas, correspondentes ao saldo da quota do exercício anterior, além de 300 mil toneladas que poderá exportar, fora do regime das quotas, para a Companhia Nacional de Alcais e demais indústrias de transformação no país.

Atente-se bem que, adotado o critério legal, o Rio Grande do Norte, poderá ter libertadas no ano salinero — 61-62 — 1.078.800 toneladas ou seja, mais de 200 mil toneladas da quantidade total que todos os Estados reunidos poderão exportar no referido ano salinero.

Como es vê, Sr. Presidente, o meu Estado dirigiu apelo ao Sr. Ministro de Comércio e Indústria e ao Sr. Presidente da República, no sentido de que seja reconsiderada a homologação ao Veto feito à Resolução nº 25, deste ano, por que, assim, serão respeitadas a lei votada pelo Congresso e a decisão do Tribunal de Recursos.

Por meu intermédio, os salineros do meu Estado da tribuna do Senado, encaminham a essas altas autoridades do país este veemente apelo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

#### O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, há poucos dias tive ocasião, nesta Casa, de fazer críticas ao trabalho que estava sendo elaborado pelo Conselho Nacional de Economia — o Estatuto da Terra — e demonstrar a impossibilidade de se concretizar a Reforma Agrária, através daquele Estatuto, como pretendiam os membros da comissão incumbida de prepará-lo.

Cheguei mesmo a analisar alguns artigos do plano que o Presidente Jânio Quadros achou por bem designar de Estatuto da Terra.

Com muito grande vezo, agora, o Conselho Humberto Bastos, Presidente da Comissão, manifestou pela imprensa, através de O Globo, a seguinte opinião:

(Lendo):

O Conselheiro Humberto Bastos, presidente da comissão especial que analisou o anteprojeto de lei sobre a Destinação Econômica e Social da Terra, em discussão no Conselho Nacional de Economia, declarou a O GLOBO que as observações feitas pelo Senador Lima Teixeira sobre o trabalho são bem fundamentais.

— "Não poderá haver uma modificação institucional na economia da terra no Brasil, sem a cogitação de uma assistência científica e continuada ao trabalhador rural. A comissão especial do Conselho, composta dos senadores Pereira Diniz, Hermes Lima, Manoel Dlogeres, Jório... Thomas Pompeu de Almeida Borges, não esqueceu este fundamento ao aspecto do problema. No seu anteprojeto de lei existem vários dispositivos a respeito da comissão, entretanto, não cogitou de maneira mais ampla na assistência ao homem rural porque já existe em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto de lei do Deputado Fernando Ferrari que trata do assunto de maneira mais completa. A comissão evitou, simplesmente, que houvesse duplicidade de proposição."

Sr. Presidente, nas críticas que formulei e em relação às quais o Sr. Humberto Bastos manteve concordância, eu desafiava que se implantasse uma Reforma Agrária no Brasil sem primeiro, se cogitar da assistência ao trabalhador rural e aos pequenos agricultores, através do crédito agrícola, a juros baixos e a prazo longo, da motomecanização e das facilidades para a completa integração do homem no setor em que trabalhar a terra.

— Lembrando a diversidade de regiões, de clima, as condições geoeconômicas e uma série de outras condições exigidas para se levar a efeito uma reforma agrária, eu concitava naquela ocasião, o Sr. Jânio Quadros a tomar a iniciativa de compreender os órgãos indispensáveis a implantação dessa Reforma como a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, o Departamento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Colonização e Imigração, além de algumas autarquias, cuja experiência no setor agrícola é considerável e que poderiam atender, inicialmente, a esse anseio das populações rurais.

Perece-me que o Sr. Jânio Quadros, ainda muito preocupado com os problemas agrícolas do Brasil, segundo notícia que tenho em mãos com este epígrafe: "Dinâmica a Reforma Agrária", de ontem. No texto se comenta que o Chefe da Nação não se encontrava muito satisfeito porque as determinações que havia feito aos seus Ministros não chegavam a ser a altura, a uma realidade; seus ordens não haviam sido cumpridos integralmente.

Sr. Presidente, costumo utilizar, nas tribunas editoriais dos jornais, para não se pensar que me expõem às críticas. Sempre procuro um ponto de apoio, uma base para os meus discursos, a fim de que os comentários desfavoráveis ao Sr. Jânio Quadros não tenham aspecto de crítica sistemática, mas sim de observações justas.

O Sr. Novais Filho — Permite V. Ex. uma palavra?

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Novais Filho — Se corresponde à verdade, a notícia do jornal, vem em apoio ao Sr. Jânio Quadros. Se S. Ex. chega ao ponto de ficar emocionado e se contraria com as dificuldades encontradas frente à Reforma que pretende realizar, é claro que S. Ex. se mostra muito desajeitado em apressar o progresso do Brasil, tese que vem defendendo intransigentemente. Quanto às críticas de V. Ex., aproveito a oportunidade ao aparte, para dizer que V. Ex. é um crítico realmente suave; não comprometa, não ofenda a ninguém. Suas críticas são recebidas com agrado pelos seus pares e debatidas com prazer.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Agradeço a V. Ex. Sempre procuro, assuntos cuja objetividade mereça críticas.

O Sr. Novais Filho — No caso da reforma agrária, V. Ex. vem esboçando idéias e pontos de vista dignos de respeito e que correspondem à realidade brasileira.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado ao nobre Senador Novais Filho. Pela notícia, desprende-se que houve uma réplica e uma tréplica do Ministro João Agripino. O Sr. Jânio Quadros exigiu solução de certos problemas e o Ministro teve que prestar alguns esclarecimentos depois de haver o Sr. Jânio Quadros dito:

— Entreguei certos problemas a três pastas ministeriais importantes — a da Agricultura...

L referiu-se também a de Minas e Energia, hoje dirigido pelo Deputado João Agripino.

São fatos veiculados pelo "Correio Braziliense" para o conhecimento público.

O Sr. Jânio Quadros não deixa de ter razão.

Entretanto quando S. Ex. começou a emitir bilhetinhos fixando prazos exigidos de 15 e 20 dias, afirmou desta tribuna, que não acreditava no resultado dessas determinações do Sr. Presidente da República. Não creio que em prazo tão curto possam as Comissões de Sindicatos formar juízo completo. E eu tinha razão. O Sr. Jânio Quadros lá se encontra no Poder há perto de 6 meses, e onde estão as respostas aos seus primeiros bilhetinhos de 15, 20 e 40 dias? Até hoje não houve qualquer resultado, embora reconheça que alguns daqueles despachos merecem, realmente, a maior consideração.

S. Ex. parece preocupado com o que está ocorrendo, porque inequivocamente não traçou nenhum plano de Governo.

Agora entendeu de inovar com um sistema de Governo itinerante, passando 9 dias numa Capital, 10 em outra. Um Governo itinerante, sem fixação.

Há poucos dias um jornalista perguntou-me que razão teria induzido o Sr. Presidente da República a tomar tal deliberação. Fuza de Brasília? Prova de apreço para com os Governadores? Desejo de atender às regiões carentes de assistência por parte do Poder Federal?

Respondi-lhe que reunisse as três condições pois todas se ajustam ao pensamento do Sr. Presidente da República. Fuza de Brasília? Acho que sim. Desejo de atender aos Governadores para prestigiar-se? Também acredito que sim.

Faço aqui uma pequena pausa para dizer que S. Ex. tem inegavelmente, se desprestigiado e nós iremos assistir, em 1962, ao malotro das medidas que vem tomando e ao resultado da sua desatenção para com o Congresso Nacional.

O Sr. Novais Filho — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Novais Filho — Não sei se me torno impertinente com as apertes a V. Ex.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Fique V. Ex. certo de que desejo muitos apertes...

O Sr. Novais Filho — Se desejo aparte, se o irrita com meus apertes, é porque sou um democrata autêntico.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — V. Ex. não me irrita, ao contrário, agrada-me.

O Sr. Novais Filho — Entendo que a orientação do Presidente da República, de passar alguns dias em cada unidade da Federação, para de lá dar os despachos presidenciais, é um grande bem, e, a meu ver, até fortalece os laços indispensáveis ao regime federativo. Tenho boa impressão dessas visitas do Sr. Jânio Quadros, elas dão aos Estados a certeza de que não são esquecidos. É o próprio Chefe do Poder Executivo que para lá se transfere, provisoriamente, a fim de manter melhores contatos com os Executivos Estaduais e o próprio povo. Esse procedimento de modo algum merece crítica, porque outros Presidentes, homens atuantes, a quem não podemos, sem injustiça, negar o desejo de levar a efeito grandes realizações, eram poucos vistos na sede do Governo Central e não adotavam a orientação do Sr. Jânio Quadros.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Não discordo propriamente do critério do Sr. Jânio Quadros. Lembro, apenas que, respondendo às perguntas do jornalista admiti as três hipóteses. Não me coloquei fora de nenhuma.

Por isso, faço agora um cotejo entre a Oposição do tempo do Governo do Presidente Juscelino e a Oposição de hoje, nós que éramos governistas até bem pouco tempo.

Quando o Presidente Juscelino Kubitschek andava constantemente de Região para Região, visitando Estados, a Oposição, inúmeras vezes nesta Casa, criticou-o dizendo que S. Ex. vivia voando, de um lugar para outro, não se fixava no Distrito Federal.

O Sr. Novais Filho — O sistema do Sr. Jânio Quadros é diferente; S. Ex. não é passarinho tão voador. Quando sai, anuncia o pouso onde permanecerá alguns dias...

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Há um aspecto que talvez distinga o ex-Presidente da República do Sr. Jânio Quadros. O Sr. Juscelino Kubitschek, quando chamado, comparecia nos momentos de grande necessidade dos Estados. Assim fez quando das grandes inundações no Ceará, que culminaram com o rompimento de açude de Orós. S. Ex. largava tudo aqui e ia. Não fixava dia para suas visitas aos Estados, ao passo que o Sr. Jânio Quadros fixa.

O Sr. Novais Filho — O Sr. Jânio Quadros não precisa ser solicitado, vai espontaneamente.

O Sr. Fernandes Távora — O nobre orador da licença para um aparte?

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Pois não! Depois responderei ao nobre Senador Novais Filho, a respeito do Deputado Raul Pila, Presidente do Partido Libertador.

O Sr. Novais Filho — V. Ex. deseja responder o que? Não tenho idéia de se haver citado aqui o nome do ilustre Presidente, o meu Partido!

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Quero responder a V. Ex., citando o ponto de vista sustentado pelo Partido Libertador.

O Sr. Fernandes Távora — Alega V. Ex. que o Sr. Juscelino Kubitschek, quando Presidente da República, costumava atender às necessidades dos Estados. Tanto assim que voou para Orós, tão logo ocorreu a catástrofe. Seria muito interessante que S. Ex., depois de haver concorrido positivamente para aquele desastre, sequer pusesse os pés lá. S. Ex. foi a Orós dessa vez, e também de outra, quando

inaugurou um açude incompleto, mal deixando sua estância, sua residência que lá se encerra na parede da barragem.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, se não se tratasse de aparte de colega quem considero extraordinariamente...

O Sr. Fernandes Távora — Obrigado a V. Ex.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — ...mas que tem ido ferrenhe adversário do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira eu disse... O Sr. Fernandes Távora — Se V. Ex. me demonstrar que eu que digo não é verdade, eu me conformarei, mas só digo a verdade.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — ...no particular, que S. Ex. talvez ainda esteja se confundindo por certa mágoa, ou coisa pior.

O Sr. Fernandes Távora — Graças a Deus não devo nada ao Sr. Juscelino Kubitschek nem a nenhum governante. Nunca pedi coisa alguma ao Sr. Juscelino Kubitschek, nem pretendo fazê-lo.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — O povo cearense fez erigir três barancas de Orós a estátua do Sr. Juscelino Kubitschek como homenagem àquele que assitiu o Ceará nas sobras difíceis.

O Sr. Novais Filho — Os esforços do ex-Presidente Juscelino Kubitschek foram inegavelmente grandes no caso de Orós. Pode ter havido, porém, a adoção de providências inadequadas.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Agradeço a prova de isenção de ânimo do nobre Senador Novais Filho. Realmente, o Sr. Juscelino Kubitschek demonstrou grande dedicação no caso de Orós, deu prova de seu propósito de ajudar, sobretudo com os recursos vultosos que investiu para atender às populações vitimadas pela tragédia.

Sr. Presidente, ia eu dizer que o Partido Libertador, que apoia o Governo do Presidente Jânio Quadros, não anda lá muito satisfeito. Não anda mesmo!

Admiro, extraordinariamente, o Deputado Raul Pila, uma das grandes figuras do Parlamento brasileiro, tradicional figura. S. Ex. ainda ontem, através de declarações feitas ao jornal "O Globo", caracterizou o Presidente da República nos seguintes termos: "O Sr. Jânio Quadros é personalista; há erros no seu Governo."

E disse mais:

Não faço discurso, como se anunciou, porque o meu Partido tomou a deliberação de apoiar seu Governo.

Houve ocasiões em que S. Ex. fez elogios a certos setores de administração do Sr. Jânio Quadros, mas, Sr. Presidente, quando vejo um homem como Raul Pila fazer declarações tão peremptórias a respeito da pessoa do Sr. Presidente da República, inegavelmente personalista como diz S. Ex., compreendo o que poderá ocorrer no futuro. Vamos dizer a verdade!

Os governistas têm demonstrado ao Sr. Presidente da República o seu grande apoio. Confesso que S. Ex. contribuíram magnificamente para a eleição do Sr. Jânio Quadros; entretanto, o Presidente continua afirmando que não depende dos Partidos, não foi eleito pelos Partidos, como consta do "Correio Braziliense" de hoje.

A despeito de tudo isso, os parlamentares governistas são de uma firmeza no apoio ao Sr. Jânio Quadros que, sinceramente confesso, admiro e louvo. Eu não sei se teria temperamento para suportar tanto. Soube que, até o momento, não tem havido contato mais aproximado dos Parlamentares com o Presidente da República. Tenho a impressão de que den-

tro em breve — não sei se estou adiando — a situação se modificara.

Ouvir por aqui certas conversas de que o Sr. Jânio Quadros marcará dia para atender os parlamentares, para ouvir as reclamações dos representantes dos Estados, como do povo, nas coisas que lhes concedera.

Já é um bom caminho, e talvez Srs. Ex<sup>as</sup> venham a ter razão — tiveram mais paciência. Finalmente, sinto que o Sr. Jânio Quadros está desejoso de governar com o Congresso Nacional.

Muito embora admita que os Poderes são harmônicos e independentes entre si, verdade é que não está havendo harmonia tão grande. De qualquer maneira, o Presidente da República, pelo que tenho ouvido, vai mudar o rumo dos acontecimentos, se já começou a mudar com os seus próprios Ministros — pelo que li, — não anda satisfeito com eles.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Ex<sup>a</sup> ficou tranquilo. As forças que apoiam o Presidente Jânio Quadros, e seu Governo, estão, satisfeitas e tem o propósito de cooperar para a sua grande administração. Não existe ressentimento entre qualquer um de nós e S. Ex<sup>a</sup>.

O SR. LIMA TEIXEIRA — E o que eu dizia; admiro Vs. Ex<sup>as</sup>.

O Sr. Heribaldo Vieira — Fizemos a campanha, a base de lhe dar todo apoio, no Governo, para administrar.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O governo destas, nesta Casa, são realmente de extrema lealdade. Não sei se há correspondência por parte do Presidente mas que Vs. Ex<sup>as</sup> são muito leais, tem cooperado com o governo e especialmente com o Sr. Jânio Quadros, não há como negar.

O Sr. Heribaldo Vieira — Temos confiança no seu governo e saemos do senão patriótico que impune a sua administração.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não sei se continuarão assim por muito tempo.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Lobão da Silveira — Ouço, com muita atenção, as observações de V. Ex<sup>a</sup>. Lhe a oportunidade de assistir a diversos comícios do Sr. Jânio Quadros, em que, cercado de parlamentares, sempre afirmava não ter compromissos com Partido político algum. S. Ex<sup>a</sup> continua o mesmo; não mudou apenas ou uma legenda partidária para se eleger. Os Partidos serviram para lhe dar uma legenda partidária, tão somente.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

O Sr. Heribaldo Vieira — Há perfeita coerência entre o Governo Jânio Quadros e as forças políticas que o apoiam.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Gostaria de saber de Vs. Ex<sup>as</sup>, como democratas que negativamente são e como partidários, — porque todos nós fazemos parte de agremiação política — se acham que esse propósito desse pensamento do Sr. Jânio Quadros se ajusta, de fato, ao critério democrático que adotamos. Se S. Ex<sup>a</sup>, que se afasta dos Partidos, e não os admite, mas precisou de uma legenda para concorrer ao pleito, está certo, ou nós é que estamos errados?

O Sr. Rui Palmeira — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Rui Palmeira — V. Ex<sup>a</sup> tem duas atitudes, em dois critérios, no apreciar as relações do Presidente Jânio Quadros com o Congresso e os Partidos: uma, quando se enche de zelo pelas nossas boas relações com o Presidente. Ai V. Ex<sup>a</sup> se mostra de altruísmo comovedor. A outra, quando reclama, considerando que o Presidente, com essa atitude, desconhece a existência dos Partidos. Não é tal. Para uma das atitudes de V. Ex<sup>a</sup>, não se encontra, facilmente, definição. A outra, explica-se: V. Ex<sup>a</sup> reclama do Presidente da República compromissos com os Partidos. E evidencia que, aí, V. Ex<sup>a</sup> procura funcionar como advogado nosso, porque compromissos com o Partido de V. Ex<sup>a</sup> o Governo não os poderia ter, uma vez que Vs. Ex<sup>as</sup> o combateram. Poderia V. Ex<sup>a</sup> atuar como advogado nosso uma vez que nós, partidários, reconhecemos que o Presidente da República, desde o primeiro instante, afirmou ao povo brasileiro que seus compromissos eram com o povo. É como compromissos com o povo temos os Partidos Partidos. *ipso facto* S. Ex<sup>a</sup> tem compromisso conosco, que é o de servir ao povo brasileiro. O resto corre por conta da ironia diária, continua, que V. Ex<sup>a</sup> tem usado nesta Casa, quando não encontra elementos fundamentais e básicos para fazer política, realmente procedente, da administração seria e dinâmica que realiza o Sr. Presidente da República, inaugurando um estilo novo de governar no Brasil.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Aliás Sr. Presidente sempre ouço este argumento; é um estilo novo, e um sistema novo, um processo novo de administrar! Mas, convenhamos, o povo não quer saber se o processo é novo, se é ultra-moderno. E que benefício resulta para o povo desse "estilo"?

O Sr. Heribaldo Vieira — Pergunte V. Ex<sup>a</sup> aos Governadores de Estados sobre o resultado das reuniões com o Presidente da República.

O SR. LIMA TEIXEIRA — S. Ex<sup>a</sup> aí agora, não tem saído das sindicâncias...

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Ouvi o aparte de V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

O Sr. Victorino Freire — O Sr. Presidente da República reconhece a existência dos Partidos e as agremiações que o rodeiam. O que declara constantemente — ainda ontem o fez, na reunião dos Fiscais do Imposto de Renda, e hoje na Reunião Ministerial — que não se submete a imposições partidárias.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Então, Sr. Presidente chegou à seguinte conclusão: a organização política e partidária; por conseguinte, cada Partido tem sua agremiação política. Se o Presidente Jânio Quadros é contra os Partidos, — e cada Partido tem os seus estatutos e o seu programa, — o que S. Ex<sup>a</sup> quer é enfraquecer os Partidos perante o povo. E depois? Se só podemos alcançar o Poder através dos Partidos, então S. Ex<sup>a</sup> está contra os Partidos contra a organização, contra o sistema.

O Sr. Rui Palmeira — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com satisfação.

O Sr. Rui Palmeira — V. Ex<sup>a</sup> parte de premissa falsa, evidentemente.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Todos assistimos às declarações do Senador Victorino Freire.

O Sr. Rui Palmeira — O Senador Victorino Freire não declarou que o Presidente da República é contrário aos Partidos, o que S. Ex<sup>a</sup> disse —

e V. Ex<sup>a</sup> tem olhos para ver e ouvidos para ouvir — e que o Sr. Jânio Quadros não se submete a imposições de grupos ou de partidos. Isso, evidentemente, é muitíssimo diferente de ser contra os Partidos. O Presidente da República não é contra os Partidos. Jamais fez tal declaração, jamais afirmou jamais assumiu atitude que significasse. Isso V. Ex<sup>a</sup> é que entende não ser sensível, a imposição de grupos ou de partidos significa ser contra os Partidos. A conclusão é noslra, lógica e não nonra a inversa e o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> ou os propósitos que tem em mira, ao fazer essa análise.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não atuamos em função dos Partidos políticos, disputamos o pleito, levamos um programa ao povo. Daí a multiplicidade de Partidos, cada qual com seu conjunto de ideias a defender.

Dentro dessa multiplicidade de Partidos, o Sr. Jânio Quadros não encontrou ainda aquele em que as suas ideias se ajustem.

Então S. Ex<sup>a</sup> colocou-se fora de qualquer organização partidária.

O Sr. Rui Palmeira — V. Ex<sup>a</sup> se enganou. O Presidente está filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro Partido a que V. Ex<sup>a</sup> pertence.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O Sr. Jânio Quadros está filiado ao PTB, como o foi ao Partido Democrata Cristão e a outros partidos, para poder concorrer aos pleitos.

O Sr. Rui Palmeira — Se V. Ex<sup>a</sup> não considera o Sr. Jânio Quadros um partidário, um integrante ou componente do Partido Trabalhista Brasileiro, então é realmente estranha a atitude desse Partido que admite em suas fileiras um elemento, justamente aquele investido na função de maior destaque da República e que é a negação de seus princípios verdadeiro corpo estranho dentro da agremiação.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É o próprio Sr. Jânio Quadros quem o diz. Quando interrogado a respeito, declara sempre que não tem partido. Não quero ser mais realista do que o rei... Ainda hoje, num jornal, declaração de S. Ex<sup>a</sup> nesse sentido.

O Sr. Rui Palmeira — Verique V. Ex<sup>a</sup> se está entre aspas o trecho que contém tal declaração.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não está, mas eu ouvi...

O Sr. Rui Palmeira — Então não tem autenticidade.

O SR. LIMA TEIXEIRA — ... S. Ex<sup>a</sup> assim se pronunciar de viva voz, quando da entrevista, aliás bem elaborada, que concedeu à imprensa inclusive a representantes de agências estrangeiras a respeito do cessamento de nossas relações diplomáticas com a União Soviética e de outros problemas ligados à política internacional. Ao lhe ser formulada determinada pergunta, S. Ex<sup>a</sup> declarou que não tem partido.

O Sr. Rui Palmeira — V. Ex<sup>a</sup>, como correligionário, devia ter protestado.

O Sr. Fernandes Távora — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez, tem dito e rependo neste plenário que não consegue decifrar o estilo de Governo do Sr. Jânio Quadros. Estranha, ainda, declara o Presidente que não pertence a partidos. Não há, porém, razão alguma para estranhar tal procedimento porque o Sr. Jânio Quadros, quando se candidatou, declarou peremptoriamente, *urbe et orbi*, em todo o País, do Sul a Norte, de Leste a Oeste, que era um candidato do povo, e não candidato dos partidos. Por conseguinte, os partidos que o seguiram sabiam, de antemão, que não apoiavam um candidato próprio, mas um

candidato do povo. Assim, estavam cientes de que teriam de se conformar com o que o Presidente quisesse lhes dar, sem o direito de fazer exigências. Em segundo lugar, estranha V. Ex<sup>a</sup> que o Presidente ande pelos Estados a fazer reuniões a ouvir Governadores e Prefeitos. Numa há de estranho nisso; ao contrário, é a inauguração de novo sistema, de um modo de administrar sem precedentes neste País. Pela primeira vez, um governante procura entrar em contato direto com representantes do povo, com Governadores e Prefeitos, para saber o que pode fazer em benefício dos Estados e do País. Não há, pois, qualquer segredo no Governador Jânio Quadros. Há, sim, um Governo profundamente sadio, interessado em fazer pelo Brasil o que deve ser feito.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mas agora não saiu das sindicâncias.

O Sr. Fernandes Távora — Tem V. Ex<sup>a</sup> algo a acrescentar às reuniões de Governadores com o Presidente? É iniciativa da qual só benefícios podem decorrer para os Estados.

O Sr. Victorino Freire — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Victorino Freire — Não há incoerência nos pronunciamentos do Sr. Jânio Quadros. Ao se candidatar, S. Ex<sup>a</sup> declarou se candidato do povo. Assim, quando as forças que o apoiaram quiseram encilhá-lo impondo-lhe compromissos, S. Ex<sup>a</sup> renunciou.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É verdade. Esse fato constitui sério incidente.

O Sr. Victorino Freire — O Sr. Jânio Quadros não queria ser eleito cheio de compromissos. De sua forma renunciou à sua candidatura.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Foi um incidente muito comentado. S. Ex<sup>a</sup> deixou todos na sala.

O Sr. Fernandes Távora — Logo os Partidos que continuaram a apoiá-lo, sabiam que marchavam com um candidato do povo.

O Sr. Victorino Freire — Quer apoiou o candidato Jânio Quadros sabendo o que ia acontecer, pois Sua Excelência não tinha obrigação partidária com ninguém. Logo, como acentuei, não há incoerência. Sua Excelência declara o que sempre declarou, ontem e hoje.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É claro, assim, que o Presidente não tem ligação partidária.

O Sr. Fernandes Távora — E quem está cobrando alguma coisa de Sua Excelência?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Ninguém está cobrando.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex<sup>a</sup> é quem está diariamente falando no assunto, pensando talvez que queremos alguma coisa.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Estava apenas louvando a atitude dos governistas que, mesmo não havendo qualquer vínculo do Presidente com os Partidos, são de uma lealdade extraordinária, a toda prova.

O Sr. Fernandes Távora — Apenas mudou o regime, acabou o sistema de mamata, em que cada um sugava mais. Naturalmente, se estranha que hoje não haja mamatas.

O Sr. Victorino Freire — Mamata! Onde havia mamata?

O Sr. Fernandes Távora — Mamata em todos os sentidos.

O Sr. Victorino Freire — Não me que se refere ao meu Estado, ou à minha pessoa!

O Sr. Fernandes Távora — Não estou falando no Estado de V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Victorino Freire — V. Ex<sup>a</sup> está generalizando e dessa maneira me atinge. O Sr. Juscelino Kubitschek foi eleito com compromisso partidário. Já o Sr. Jânio Quadros não os tem.

O Sr. Fernandes Távora — Os compromissos do Sr. Juscelino Kubitschek foram com gente da pior espécie — comunistas, etc.

O Sr. Victorino Freire — Com os comunistas, não! Sempre me declaro contra o comunismo e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que sou tão anticomunista quanto V. Ex.<sup>a</sup>. Nesta Casa, tenho-me manifestado sempre nesse sentido, inclusive no caso de Cuba e de Fidel Castro.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.<sup>a</sup> tomou a carapuça para si. Não me refiro ao Maranhão.

O Sr. Victorino Freire — Pertence a uma agremiação partidária e tem o dever de defendê-la.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Pondero aos Senhores Senadores que, de acordo com o Regimento, os apêndices devem ser dirigidos ao orador com o seu prévio consentimento.

O Sr. Fernandes Távora — Dirigi-me ao orador, com permissão de Sua Excelência.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, vejo que tinha razão quando dizia que não estamos navegando num mar de rosas, como muitos supõem. Este debate vem provar que os campos estão bem definidos. Ainda hei de assistir a modificações radicais.

O Sr. Fernandes Távora — Também espero assistir-las.

O Sr. Vivaldo Lima — Que venham em benefício do país, é a esperança que almejamos.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — É o que desejamos.

O Sr. Lopes da Costa — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Lopes da Costa — Este é o primeiro aparte que dou nesta Casa ao nobre colega, a quem muito respeito e considero.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado. Creio V. Ex.<sup>a</sup>, que a consideração e o respeito são reciprocos.

O Sr. Lopes da Costa — Admiro-o principalmente quando V. Ex.<sup>a</sup> se ocupa de problemas agrários, que também conheço. Quero ao apartar V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, esclarecer dois pontos. Primeiro, a União Democrática Nacional considera-se muito dignamente representada no Governo do Sr. Jânio Quadros através de três Ministros. Segundo, não há razão para que se diga que o Sr. Jânio Quadros desprestigia a U.D.N. Em segundo lugar, não é o Governante quem se está transportando de um lugar para outro, mas o Governo, inclusive representado por todo o Ministério.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Lobão da Silveira — Estou ouvindo constantemente, apartes a V. Ex.<sup>a</sup>, afirmando que o Presidente Jânio Quadros tem compromissos como o povo. Acho esta declaração muito resumida e desejava outra mais analítica. O compromisso que S. Ex.<sup>a</sup> tinha era o de dar ao povo brasileiro, vida mais fácil e barata. No entanto, depois que S. Ex.<sup>a</sup> assumiu o Governo, veio logo a "Instrução 204", e o custo da vida subiu entre quarenta e setenta por cento; e agora se afirma que se elevará em mais trinta por cento. Pretendo pois saber quais os compromissos que o Sr. Jânio Quadros honrou.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Agradeço os apartes com que me honrou os nobres Senadores Lopes da Costa e Lobão da Silveira, o primeiro justamente do Estado natal do Sr. Jânio Quadros.

O atual Chefe da Nação, inegavelmente, teve uma carreira vertiginosa,

toda ela processada no Estado de São Paulo, onde se elevou de Vereador a Governador, até alcançar a Presidência da República.

Sr. Presidente, não está na tribuna apenas o Parlamentar desejoso de fazer oposição ou críticas ao Governo Jânio Quadros, mas o cidadão comum, que, como qualquer outro, tem o direito que, como qualquer outro, tem o momento — de perguntar o que realizou essa Administração em seis meses, quando, em igual tempo, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek conseguiu a concretização do programa que como candidato levava ao povo nos comícios de praça pública.

O Sr. Novais Filho — A reforma cambial que S. Ex.<sup>a</sup> levou a efeito e medida de coragem administrativa.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Em primeiro lugar, o Sr. Jânio Quadros não traçou um programa de Governo, pois, as idíias que apresentou na sua campanha ainda não foram sistematizadas num plano. Dai a sua terrível preocupação: toda e qualquer queixa lhe chegue e motivo de imediata sindicância, não lhe importa saber se tem ou não fundamento.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Solicito ao nobre orador que concisa suas considerações, pois a hora do Expediente está esgotada.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Concluirei, Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Jânio Quadros vem de instaurar, no Brasil, o primeiro governo honesto que opor a que S. Ex.<sup>a</sup> governe o Brasil.

Mas, há que se perguntar: por que instalou S. Ex.<sup>a</sup> Subgabinetes da Presidência da República nas diversas Unidades da Federação para, conforme afirma, estabelecer maior contato com o povo? Ora, julga imprescindível o entendimento direito do Chefe da Nação? Não estará S. Ex.<sup>a</sup>, visando ao pleito de 1962, em que haja maior intervenção de sua parte ou dos grupos que o apoiem? De outro modo não colocaria pessoas de confiança nos referidos Subgabinetes.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.<sup>a</sup>, ainda um aparte?

O Sr. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Neste particular, penso que o Sr. Jânio Quadros tem razão. Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, como todos os componentes do plenário, que as bancadas na sua maioria são heterogêneas. O Sr. Presidente da República toma conhecimento das ocorrências do País através dos integrantes das Bancadas das várias Unidades da Federação sobre determinado assunto e cada uma apresenta a sua versão. Desta forma, o Chefe do Executivo Nacional não tem elementos para firmemente determinar a política que ocorre em determinado Estado. Quanto aos Gabinetes e Subgabinetes que está instalando — V. Ex.<sup>a</sup> diz serem providos com pessoas de confiança do Presidente — a recomendação de S. Ex.<sup>a</sup>, no particular, é taxativa no sentido de que se constituam sempre de elementos apolíticos porque precisa dessas antenas nos Estados para observarem e diretamente o informar o informarem do que ocorre e. Digo isto porque no meu Estado tem acontecido várias vezes, e o Sr. Presidente da República fica atordoado com informações de variadas fontes sem poder adotar soluções. Se for feliz com a instituição desses gabinetes, e seus propósitos forem de fato apolíticos e o informarem com toda isenção, o Sr. Presidente da República ficará inteirado da realidade.

O Sr. Lima Teixeira — Sr. Presidente, incorporo o aparte do nobre Senador Vivaldo Lima ao meu discurso.

Na reunião ministerial de ontem os Ministros alegavam ao Sr. Jânio Quadros que a burocracia dificultava o andamento das providências. Chego à conclusão de que estão fazendo a "operação tartaruga". As dificuldades que estão criando na administração são de molde a merecer severas providências de S. Ex.<sup>a</sup>. Dizem que Sua Excelência não ficou satisfeito e determinou medidas que eram de seu desejo para eliminar os entraves. Isto é alegação que se apresenta ao Presidente da República? Era caso, de fato, para S. Ex.<sup>a</sup> tomar medidas energéticas, como o fez na reunião.

O Sr. Vivaldo Teixeira — S. Ex.<sup>a</sup> dinamizou o serviço público.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — S. Ex.<sup>a</sup> que é homem energético, e demonstra realmente vontade de resolver alguns problemas, não pode se conformar com a explicação que ouviu de alguns Ministros, como relata o jornal de que a burocracia lhes cria dificuldades.

Sr. Presidente chego à conclusão de que o Sr. Jânio Quadros precisa mudar de orientação.

O Sr. Fernandes Távora — Precisa não! (Riso)

O Sr. Lima Teixeira — Os caminhos não estão muito certos. Espero que S. Ex.<sup>a</sup>, sentindo as dificuldades, tome não digo novos estilos, mas novos rumos...

O Sr. Fernandes Távora — Agora já é rumo, não é mais atitude.

O Sr. LIMA TEIXEIRA — ... que deem acerto à administração pública brasileira e evitem o inevitável desgaste que está ocorrendo com S. Ex.<sup>a</sup> ultimamente.

Eram estas Sr. Presidente, as considerações que eu desejava fazer, neste instante. Fique certo o Sr. Presidente da República de que estas críticas são no sentido de ajudar.

O Sr. Fernandes Távora — O Sr. Jânio Quadros está bem ajudado por V. Ex.<sup>a</sup> ... (Riso).

O Sr. Lima Teixeira — São construtivas. Desejo apenas evitar erros, nada mais.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa expediente que vai ser lido.

#### É lido o seguinte:

##### OFÍCIO

Em 7 de junho de 1961

Senhor Presidente

Na qualidade de Líder da União Democrática Nacional e a pedido do Senhor Senador Mourão Vieira, venho comunicar a Vossa Excelência que se acha aquele eminente colega impossibilitado de continuar a participar dos trabalhos da Comissão de Legislação Social.

Atenciosas saudações. — Daniel Krieger.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa ofício que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

#### É lido o seguinte:

##### OFÍCIO

Em 7 de julho de 1956

Senhor Presidente

Havendo vaga na comissão de Legislação Social (representação da União Democrática) em virtude da desistência do Sr. Senador Mourão Vieira, solicito se digne Vossa Excelência de designar quem deva preenchê-la, na forma do disposto no artigo 11, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações. — Lima Teixeira.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em atenção ao ofício dirigido à Mesa pelo Sr. Presidente da Comissão de Finanças, designado para membro da Comissão de Legislação, Social, o nobre Senador Brasília Castanho.

#### — Presa-se à

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 271, de 1953 (n.º 1.870, de 1951, na Câmara), que institui o Fundo Partidário, requer a distribuição de outras providências tendo Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade (carecer rejeitado em 27-6 de 1955, pelo Plenário, em discussão preliminar) da Comissão de Serviço Público Civil, pela rejeição da Comissão de Finanças, favorável.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

#### É lido o seguinte

#### O SR. PRESIDENTE:

Há, sobre a mesa, requerimento de diligência, relativo a este projeto que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

#### É lido o seguinte:

#### Requerimento n.º 240, de 1961

Atendendo a que o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Nacionais, cuja criação o Projeto de Lei da Câmara n.º 271, de 1953 objetiva, terá como principal efeito uma taxa adicional ao imposto de renda;

atendendo a que desde a apresentação do projeto várias modificações substanciais foram feitas na legislação desse imposto, com profunda repercussão sobre a sua arrecadação;

atendendo à conveniência de saber o Senado, antes de deliberar sobre a matéria, quanto deverá render, aproximadamente, a cobrança da taxa em apreço;

Requerio seja solicitada do Ministro da Fazenda uma estimativa desse montante, baseada na arrecadação do imposto de renda em 1961.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1961. — João Villalobos.

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido deixa de ser votado por falta de número. O projeto fica com a discussão em suspenso.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 23, de 1961, de autoria da Comissão Diretora, que transpõe a pedido, Ary Feliciano de Araújo, Auxiliar de Portaria, símbolo PL-9, na carreira inicial da carreira de Auxiliar Legislativo, símbolo PL-10.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa emenda que vai ser lida.

#### É lida e aprovada a seguinte:

##### EMENDA N.º 1

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Transfere de carreira, "ex-officio", Ary Feliciano de Araújo.

#### O Senado Federal resolve:

Art. único. É transferido, "ex-officio", no interesse da administração, nos termos dos artigos 70, item III, 124, item II, e 125, item I, da Resolução n.º 6, de 1960, combinados com o artigo 85, letra "c", da Resolução n.º 2, de 1959, para o cargo da classe correspondente ao Padrão PL-9, da carreira de Auxiliar Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Auxiliar de Portaria, Ary Feliciano de Araújo.

## Justificação

A presente emenda substitutiva visa a dar maior adequação ao projeto, no que tange ao aspecto jurídico-administrativo.

De fato, a transferência, pela forma concebida na proposição da Comissão Diretora, seria deferida nos termos do art. 124, item I, da Resolução nº 6, de 1960, isto é, a pedido do funcionário, atendendo à conveniência do serviço, e para cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo, p.d.º PL-10.

Corre, porém, que o pretendente à transferência pertence a classe de p.d.º mais elevado, ou seja FL-9, na carreira de Auxiliar de Portaria. Segundo a prescrição da lei interna desta Casa (Resolução nº 6, de 1960 — Regulamento da Secretaria), que estabelece o regime jurídico do pessoal da Secretaria do Senado, a transferência só se pode dar na hipótese prevista no projeto, com a satisfação pelo funcionário das seguintes exigências:

1º — ser efetivo;  
2º ter-se habilitado em provas especiais para o exercício do novo cargo;

3º ter o interstício de trezentos e sessenta e cinco dias na classe.

Para que a transferência possa produzir efeitos como ato jurídico perfeito, cumpre atender, também, às seguintes instâncias de direito formal:

- a) para vaga a ser provida por merecimento;
- b) não ultrapassar de um terço dos cargos de cada classe;
- c) ser efetuada no mês seguinte ao fixado para as promoções; e
- d) ser para cargo de igual vencimento ou remuneração.

Assim, verifica-se, consoante as prescrições supra enumeradas, que o projeto não se adapta à orientação tracada pela Resolução nº 6, de 1960, cabendo, no caso, a adoção de medidas reparadoras que o enquadrem aos termos legais.

As peculiaridades que cercam o caso do funcionário Arv Feliciano de Araújo, não deixam dúvida quanto à preponderância do fator: interesse da administração, sobre quaisquer outros.

Com efeito, reúne o funcionário os seguintes atributos:

- a) já-haver prestado doze anos de serviço público;
- b) ser estável;
- c) ser portador de diploma de Técnico de Contabilidade;
- d) ser bacharelado (4 anos) da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; e
- e) já estar prestando serviço próprio do cargo pretendido.

Facé ao exposto, e atendendo a que a medida consubstanciada pela presente emenda não aumenta despesa, sugerimos a sua adoção, em substituição ao projeto.

Sala das Sessões, em 7-7-1961. — *Alonso de Carvalho.*

## O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com a emenda (Páua).

Não havendo quem queira usar da palavra, está encerrada a discussão do projeto e emenda.

A matéria volta às Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

Está finda a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Caiado de Castro.

## O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Não foi resistido pelo orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, prestando breve.

A sessão de hoje foi, para mim, cheia de emoções. Começamos ouvindo o poema de meu companheiro de representação da Guanabara, o Senador Venâncio Igrejas, sobre a Ama-

zônia. Para quem subiu de "gaiola" e leu aquela poesia, para quem percorreu a cidade aquela região, são de sensibilidade e emocionam as palavras de S. Exa.

Em certo momento declarou o Senador Venâncio Igrejas que estava sempre de acordo com a política da Amazônia, no sentido de estabelecer a todos os seus filhos. Quer também, nessa altura, declarar que, conhecedor da Amazônia, tenho naquele território passado grande parte de minha vida, estudando seriamente os seus problemas por ordem superior, também com o meu integral apoio às suas reivindicações.

Ouvimos, em seguida o Senador Milton Campos, cantando as glórias de Ouro Preto e mostrando as necessidades da cidade para não desaparecer.

Finalmente, o Senador Heribaldo Vieira discorreu sobre Sergipe, que também conheço e ao qual me prendem laços afetivos. Aracaju e uma das cidades que mais me encantaram, e dela guardo agradáveis recordações. Desde a entrada do norte à direita vêm-se aqueles coqueiros verdes maravilhosos, e à esquerda, as dunas de areia que impressionam a quem chega. Conheço bem o Estado. E as reclamações aqui transmitidas pelo nobre Senador Heribaldo Vieira, são as que lá ouvi muitas vezes.

Sr. Presidente, o assunto principal das palavras que vou proferir, é o veto do Presidente Jânio Quadros ao Projeto de Lei que beneficiava os civis que integraram a Força Expedicionária Brasileira.

Sabe V. Exa., sabe o Senado e, acredito, sabe a Nação inteira, que, há dezesseis anos, venho batalhando tenazmente em favor dos meus companheiros de guerra. Sou dos que reconhecem que as leis votadas pelo Congresso são generosas, generosíssimas, tão generosas que atendem mais aqueles que não foram à guerra do que aos que lá sofreram e se sacrificaram.

São comuns os projetos de extensão. Tudo o que foi votado de início em favor dos que deram um salto no escuro, dos que tiveram suficiente dose de patriotismo e de coragem moral para enfrentar a luta; tudo o que se prometeu a esses jovens, tem sido dado por extensão a outros que permaneceram no Brasil, por doença ou porque não quiseram ir.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — V. Exa. está com inteira razão. Ainda ontem passava telegrama aqueles pracinhas, alguns possuidores da medalha do Atlântico Sul, condecorados por ato de bravura. Faziam eles apelos aos Parlamentares, no sentido de que fosse rejeitado o veto do Sr. Presidente da República. Fiquei realmente sentido por verificar o desamparo em que se acham aqueles que não mediram sacrifícios para ir à guerra defender aqueles pontos que havíamos tomado como causa do Brasil. Verifiquei que a Pátria, neste particular, os desprezou, porque o Sr. Presidente da República vetou um dispositivo justo, que os amparava. Devemos nos reunir para manter o projeto que votamos, atendendo às justas reivindicações dos que marcharam para a guerra, a fim de defender o nosso azul-verde pendão. Tem V. Exa. toda a razão e conte comigo.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Muito obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, foi justamente por isso, e depois de ter, por várias vezes, falado nesta Casa; depois de assistir à demonstração emocionante do Senado, aprovando unanimemente o projeto, que manifestei da tribuna meus sentimentos de estranheza e verdadeira revolta contra esse veto.

Nessa ocasião, fiz até referência às cartas que havia recebido, entre elas a de um soldado que comandava na guerra. Dizia-me esse companheiro que era mais interessante, hoje, educar um filho para ser insubmisso ou jogador de futebol, do que para amar a Pátria e servi-la, na hora da luta.

Os jogadores de futebol — a quem rendo minhas homenagens — foram à Europa como profissionais, hospedaram-se nos melhores hotéis, ganharam mais de dinheiro e ao regressarem ao Brasil, cobertos de glórias esportivas, por que levantaram o Campeonato do Mundo, foram recebidos com festas talvez maiores ou iguais aquelas de que nós, combatentes, fomos a.v.o.

O que estranha, o que surpreende e entristece é que esses homens tiveram vantagens mais concedidas a qualquer expedicionário.

O Congresso votou lei de amparo da casa própria e todos os que foram para a guerra. Até hoje, no entanto, esperamos o cumprimento da promessa; até hoje esperamos que a lei se transforme em realidade. Todos sabemos, porém, que enquanto se promete dar a um miserável pracinha a insignificância de Cr\$ 250.000,00 para aquisição da casa própria, dinheiro que nunca chegou, já demos um milhão de cruzeiros para os jogadores de futebol.

O Sr. Lima Teixeira — É verdade.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Daí ter feito os primeiros apelos, naquela ocasião não mais ao Presidente da República, mas aos Congressistas. Não recorri ao Senado, porque conheço de perto o pensamento dessa Casa, que aprovou o projeto por unanimidade; meu apelo era dirigido aos Srs. Deputados.

Recordo-me, Sr. Presidente, de ter dito, desta tribuna, naquela oportunidade dirigindo-me aos pracinhas, que não desanimassem; que da mesma maneira que nós tivemos um prazo de seis meses para a investida contra Monte Castelo, deviam persistir, fazer investidas e continuar amando a Pátria, educando os filhos para servir ao nosso Brasil, e não para jogador de futebol ou insubmisso, — como muitos que ocupam, hoje posições elevadas, o foram naquela época. Falei também que estranhava e não compreendia que S. Exa. o Sr. Presidente da República desse a pacha de inconstitucionalidade ao projeto, quando já existiam muitas leis nesse sentido.

Recebi hoje, Sr. Presidente, de uma Comissão de pracinhas, relação muito curiosa. Há oito leis, no Brasil, concedendo aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço, às quais acrescentaria como já o fiz, aquela que dá igual direito aos militares, inclusive aos pracinhas que, terminada a Guerra, continuaram no serviço militar ao invés de retornarem ao serviço civil.

Temos, pois, nove leis, que não foram julgadas inconstitucionais, favorecendo aqueles que têm 25 anos de serviço. Entre essas nove há duas por exemplo que sem nenhum desprezo, sem nenhuma irreverência aos seus integrantes, pretendo citar — os taxistas e os professores — que já obtiveram aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço.

Ora, Sr. Presidente, repito hoje o que disse antes: não compreendo como o serviço de taxigrafia, por mais honroso que seja, por mais trabalhoso que seja, possa ser superior ao serviço daquele que dá um salto no escuro no Atlântico, e vai congelar-se nas Montanhas Apeninas, oferecendo a sua vida em holocausto à Pátria.

Sr. Presidente, se fazer o serviço de policiamento no trânsito, ensinar meninos numa Escola, emprestar ao cidadão valor superior àqueles que oferecem sua vida em defesa da Pátria, confesso a V. Exa., confesso à Nação, que não entendo mais nada.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Concedo com prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Louvo a atitude de V. Exa. em defender os

pracinhas brasileiros, que são dignos de nosso apreço e de nosso respeito, mas devo prestar um esclarecimento a V. Exa. quando discute esse assunto. Ouvi ontem, na Hora do Brasil, que o Sr. Presidente da República recebeu uma carta do Marechal Mascarenhas de Moraes Comandante em Chefe das Forças Expedicionárias Brasileiras, encarecendo a necessidade da rejeição do Veto ao art. 2º do Projeto de Lei que beneficia os pracinhas, e S. Exa. se o inflexível errava neste ponto, recomendando ao Ministro da Justiça adotar medidas no sentido de ser anulado o Veto, ou de proibir o Congresso rejeitá-lo.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Agradeço a V. Exa. e chateei lá. Em justamente, a parte que eu ia tocar. Iniciei meu discurso dizendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que hoje era um dia de grandes emoções para mim; citei as três primeiras.

## O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

Não quis, de propósito, citar o discurso do meu nobre amigo e companheiro de Bancada Senador Lima Teixeira, porque o discurso de S. Exa. provocou muitos apertes e incompreensões, mas queria chegar a esse ponto: li no jornal, depois de ter ouvido no rádio, que S. Exa. o Sr. Presidente da República, em um ato que

pode merecer nosso respeito e nossa admiração, reconheceu haver errado e disse textualmente:

“Verifico da leitura deste documento que me foi enviado pelo Marechal Mascarenhas de Moraes que o Governo errou ao vetar também, o Art. 2º do Projeto”.

Se o Presidente Jânio Quadros reconhece que errou, só poderemos estar de parabéns; é uma resposta ao conselho que eu dera aos meus velhos companheiros, aqueles meninos que me acompanharam na Itália. Estranei, apenas, a forma como foi feito.

Se S. Exa. errou, e com grande dignidade o confessa, só pode merecer a nossa admiração e o nosso respeito. Mas, parece-me que o processo seria instruir os seus líderes no Congresso — Câmara e Senado — no sentido de aconselhar aos seus liderados a que rejeitassem o seu veto. Nunca podem, dirigir-se ao Ministro da Justiça, como fez.

Não me consta, Sr. Presidente, que o Ministro da Justiça tenha interferência no Congresso Nacional. Não me parece que uma Lei, vetada pelo Presidente e com a sua apreciação pelo Congresso marcada para o próximo dia 13, possa ser corrigida pelo Ministro da Justiça. Mas não quero entrar em maiores apreciações.

Meu objetivo principal é congratularme com os Pracinhas, com o Presidente da República e sobretudo, com a Nação Brasileira pelo gesto do Presidente Jânio Quadros, reconhecendo o valor dos Pracinhas, homens que mostraram nos campos da Europa, e bem alto, o valor da Bandeira brasileira, e que fizeram pelo Brasil, em pouco mais de um ano de luta, o que os nossos representantes diplomáticos não conseguiram em cem anos.

A carta do meu nobre chefe e amigo Marechal Mascarenhas de Moraes, para nós outros, militares que fizemos a guerra, é muito honrosa. Verificamos que o velho Marechal não abandonou os seus comandados, e que o Sr. Presidente da República deu muito apreço e muito justamente S. Exa. Mas, verificamos também que vezes do Parlamento Nacional não têm valor; que os discursos pronunciados no Congresso, com dados, objetivos, não chegam sequer ao conhecimento de S. Exa.

Pergunto: onde estão os Assessores do Presidente da República, onde es-

to as pessoas incumbidas de dar ciência a S. Exa. do que ocorre no Congresso?

Fôsse S. Exa. informado, ainda que com ligeira reserva sobre os discursos que neste Plenário pronunciei, citando fatos e não fazendo críticas, apelando para sanções e esses dispostivos, — e fôsse o Presidente Jânio Quadros informado, estou certo de que, com as qualidades que ninguém lhe pode negar e também com defeitos que todo compreensível S. Exa. não cometerá tamanha injustiça, tamanho erro, a ponto de levar o desânimo, e a descrença a todos aqueles jovens que não acompanharam atendendo aos apelos da Pátria, e para lá foram, e lá muitos ficaram.

Disse, nesta Casa Sr. Presidente que não podia pararmos, nem por parte meu, mas em nome dos homens que les que me acompanharam, e cumpriram minhas ordens; muitos não sobreviveram. Pedi ao Governo que atendesse os Prémios, procurando, pelo menos um voto dando a guerra, das-lhes amparo efetivo.

O que temos visto até hoje Sr. Presidente são leis boas, leis até o momento não cumpridas, e que atendem muito mais a quem não foi para a guerra do que aqueles que lá se sacrificaram.

Este humilde Senador não foi atendido, mas estou certo de que o Sr. Presidente da República ignorava esses fatos. S. Exa. não tem, nem poderia ter, tempo para ler discursos. Essa tarefa é dos Assessores, dos auxiliares, que têm obrigação de informar o Chefe, têm o dever de dar ciência ao Governo do que se passa.

Mas, em boa hora, S. Exa. ouviu a palavra do nosso Comendante, o Marechal Mascarenhas e, praticamente quase aconselhou ao Congresso que rejeitasse o Veto.

As palavras do Sr. Presidente da República honram-no. Eu, que tenho feito sérias reservas aos pronunciamentos de S. Exa. com referência às nossas relações externas, como no caso da compra de navios aos países comunistas, por questão de justiça devo declarar que tenho recebido, com real agrado, decisões de S. Exa. Por exemplo, a que referiu o nobre Senador João Villasbôas, de haver o Ministério das Relações Exteriores definido perfeitamente a política externa do Brasil, tranquilizando-nos, e a todos os que se interessam pelo futuro da Pátria e se dedicam ao estudo das questões internacionais e se preocupam com os rumos traçados para o Brasil.

Vejo ato como o de hoje, em que a meu ver, S. Exa. errou no encaminhamento da providência.

Com a devida vênia dos meus Colegas, declaro-me convencido de que o Sr. Presidente da República deveria ter-se entendido com seus Líderes, recomendando-lhe que nos transmitisse o seu pensamento, para que nós os líderes nos abissemos que o Sr. Presidente da República reconhecia publicamente seu erro.

Vou ler a nota do Sr. Presidente da República:

Lendo:

Aquêle art. 2º, que faculta essa aposentadoria aos pracinhas merece virar. Em consequência, S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, sugerirá o que entender apropriado para correção do erro.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. CAIADO DE CASTRO — Pois não.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não está eliminada aí a hipótese do en-

tendimento do Governo com os seus líderes, no Congresso Nacional. A parte final que V. Exa. leu, remete ao Sr. Ministro da Justiça o assunto, a fim de que S. Exa. sugira o que entender apropriado para a correção do erro, quer a rejeição parcial do veto, pelo Congresso Nacional, como o expediente do veto, ou organizado pelo Sr. Ministro da Justiça, ao Sr. Ministro da Justiça e que o Sr. Presidente da República deveria dirigir-se, acentuando o erro em que incorrera o Governo, e fazendo de S. Exa. seu porta-voz junto aos Líderes do Governo no Congresso Nacional, aconselhar a rejeição dele. Parece-me um comportamento muito mais discreto, esse do Sr. Presidente da República em relação ao Parlamento, do que se chamasse diretamente os Líderes e lhes dissesse: rejeitem o veto porque o Govê não errou. É muita maneira de entender.

V. Exa. que discute os assuntos sempre com absoluta boa fé, tudo reconhecer que, de fato, esse comportamento de S. Presidente da República, fazendo a exposição através do Ministro da Justiça, deixa muito melhor as relações do Congresso Nacional com a Presidência da República.

O Sr. CAIADO DE CASTRO — Muito agradável ao aparte de V. Exa. O nobre colega sabe do meu apêço que lhe tenho. Piramio, não me leve a mal o nobre colega se acordo de V. Exa. Estou me congratulando com o Presidente da República pela sua atitude. Incidentalmente falei sobre os meios de que se utilizou, pois, no meu entender, mandar que o Ministro da Justiça tome providências sobre o assunto, importa quase um desapeço ao Parlamento Nacional, onde o Governo conta com os seus Líderes.

Pouco vênia a V. Exa., mas continuo no meu ponto de vista de que a maneira mais adequada seria um entendimento do Chefe do Executivo com o Líder da Minoria como ocorre quando da indicação de Embaixadores, etc.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. outro aparte?

O Sr. CAIADO DE CASTRO — Pois não.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exa. há de ouvir em que, quando da nomeação de Embaixadores, tratasse de uma atribuição privativa do Senado Federal e, então, o Presidente da República tem que se entender com o Líder do Governo nesta Casa. No caso, porém, trata-se de um veto a ser apreciado pelo Congresso Nacional. Desde que o Governo entendeu confessar o seu erro, parece-me que a maneira de que se utilizou foi uma forma muito mais pública, solene e decisiva do que aquela sugerida por V. Exa. Em todo o caso são pontos de vista.

O Sr. CAIADO DE CASTRO — Perfeitamente. Respeito esse ponto de vista. Tanto assim que estou recomendando minhas homenagens ao Presidente Jânio Quadros pela sua grande coragem moral...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Sem dúvida alguma.

... em declarar, publicamente, o seu erro. Sempre mereceu minha maior admiração o homem que se retrata, tanto mais quando se encontra em posição elevada.

Sr. Presidente, a atitude do Sr. Jânio Quadros só merece encômios. Fomos criados, desde a adolescência, no regime militar e para um homem que veio de soldado a Marechal, que participou de todas as lutas do Brasil, para um militar, que possui o maior número de dias de serviço em campanha, é um grande conforto e motivo de satisfação e de orgulho,

— embora não pertença às forças que estão com o Governo, pois acompanho a arma do meu País — verificar que o brasileiro que ora exerce a Presidência da República, não obteve os seus erros, — e todos os cometidos — está bem intencionado. Sr. Presidente, minhas palavras servem mais para despertar a atenção dos nobres Srs. Senadores e renovar-lhes o meu apêço, no sentido de que, agora inspirados na atitude do próprio Chefe do Executivo, recusem o Veto. A maior autoridade suprema do País reconheceu o seu erro. Rejeitemos, pois, esse Veto, a fim de que possam transmitir aos jovens a convicção de que a Pátria não esquece o filho que se sacrificou e que está disposto a sacrificar novamente se necessidade houver. (Muito bem, muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Tam a palavra o nobre Senador Nogueira da Gama.

#### O SR. NOGUEIRA DA GAMA.

(Não foi recebido pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, grupo a tribuna apenas para associar-me às homenagens hoje prestadas, neste recinto, pelo nobre Senador Milton Campos à antiga Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, que apanha completa duzentos e cinquenta anos, hoje o em meu nome e no do eminente Senador Benedito Valadares, que nesta Casa representa, de modo autêntico, as mais altas virtudes e qualidades dos políticos de meu Estado.

Poucas palavras desejo proferir neste instante. Ha ciadaes que se apresentam à posteridade como se fossem verdadeira natureza viva, falando aos homens e mulheres de hoje a história que, em seu território, se desenrolou através da ação de homens e mulheres do passado.

A antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, é cidade das mais gloriosas tradições de meu Estado. Segundo a versão dada pelo historiador Antoni, Vila Rica foi descoberta por um dos pandeantes paulistas que outrora palmilharam aquelas estradas rudes que iam de Taubaté até os Cataguzes, no alto do cêro de Tricui, região conhecida por Ouro Preto, em Minas Gerais.

Em uma dessas incursões, um dos elementos dessas Entradas, descendo ao longo do cêro para pesquisar em torno da r-londeza que já em baixo se apresentava, no fundo do vale, encontrou um riacho, mais adiante denominado Antônio Dias Mergulhando a sua gamela até o fundo de areia desse riacho, o bandeirante recolheu uma porção de granitos negros que, mais tarde, ao regressar de sua viagem vendeu por ínfimo preço, ignorando seu valor e qualidade.

Sr. Presidente, correu a notícia da existência dessas granitos negros em grande profusão. Houve quem os colhesse e os enviasse ao Governador do Rio de Janeiro, então Artur de Sá e Menezes, e este ainda segundo a versão do historiador Antoni, trincando um desses granitos nos dentes, tornou possível o aparecimento do brilho intenso que o caracterizava.

Dessa maneira descobriu-se neles ouro do mais alto e puro quilate.

Em torno do Riacho Antônio Dias, pessoas chegadas de todos os recantos procuravam acomodar-se construindo suas moradas. Iniciou-se, então, uma ouro e minosa terra, mais famosas explorações do ouro em nossa terra.

Assim prosseguindo, Vila Rica foi-se transformando em uma das maiores cidades da antiga Minas Gerais, e, já nos meados do século XVIII, as construções que se notavam naqueles penhascos, colocavam em lugar de

grande destaque entre as muitas que existiam pelo interior do nosso Estado.

A História porém, havia reservado a Vila Rica um grande destino.

Nas suas terras se acovelavam pessoas de todas as regiões, algumas vindas, mesmo, de Portugal e Espanha, todas em busca do ouro, da riqueza.

Vila Rica teve um grande destino, repito, talvez seu ouro para Portugal, enriquecendo as arcas do Tesouro Português e ajudando grandemente a aquela Nação. Mas deu ensejo, a exploração do ouro assim processada intensamente, a que renascesse no coração dos filhos, desta terra, um sentimento que ainda hoje nos inspira e nos inspira: o nacionalismo sadio e nacionalismo sã. O nacionalismo que visa sempre à defesa da nossa terra, luta pela grandeza da nossa terra, sem sem permitir, entretanto, que outros nos esdrúxas ou estranhas se aproveitem dessas atemetidas patrióticas de que fomos e somos capazes de realizar, para aqui se implanta um, desvirtuando os nobres impulsos que sempre inspiraram nossa gente.

Quando digo que o nacionalismo nasceu em Vila Rica, tenho diante dos olhos o quadro de Felipe dos Santos, em 1720, que ali se rebelou contra a cobrança excessiva de impostos pelo Brasil Português, sufocando a economia daqueles que lutavam, honestamente, trabalhando pela grandeza da região.

Aquêle homem espartilhado que teve seus membros amarrados a quatro cavalos para a execração pública, como então se costumava fazer, foi sem dúvida, com seu gesto e sua coragem, a primeira vez que se levantou na interiorlândia de nossa Pátria, então sob o jugo cruel dos dominadores, pela emancipação política e econômica e haveria de vir um dia, para a grandeza de todos nós.

O Sr. Heriberto Viera — Muito bem!

O Sr. NOGUEIRA DA GAMA — Sr. Presidente, o destino de Vila Rica tinha que ser maior ainda, ela surgiu então como cenário da Inconfidência Mineira — o grande movimento de libertação que constitui o marco grandioso do nosso País, na sua marcha ascensional para a culminância do progresso e para a constelação mundial onde ele deve se colocar.

Aquêles homens que conspiraram contra o jugo português para implantar, aqui, a República, e cujas aspirações se resumiram no martírio de Tiradentes, foram também, por sua vez, os grandes pregoeiros do sentimento nacionalista de que somos, hoje, sucessores.

Sr. Presidente, Vila Rica continuou na sua predestinação: registrou, nas suas terras, o sacrifício de dois mártires, deixando um exemplo para os que deviam, depois, lutar no sentido da emancipação do nosso País. A construção de Vila Rica, erguida nas escarpas mais íngremes daquele cêro foram orientados num sentido arquitetônico que permitiu àquelas casas e ruas sobreviverem à inclemência do tempo, à crueldade dos fenômenos atmosféricos e ao desaparecimento da acção dos Governos. E ainda hoje ela se mostra na plena exuberância de grandiosidade com que outrora se apresentava diante do mundo, como Capital do Estado de Minas Gerais, até sessenta e tantos anos passados.

Sr. Presidente, as casas de Ouro Preto foram erguidas há mais de duzentos anos, e aquelas calçadas de pedras, foram feitas, por sua vez, há mais de cem anos. Tudo naquelas construções é precário. Não obstante, elas resistem à ação do tempo, sob o desprezo dos governos.

Recentemente, os jornais noticiaram o desabamento de parte da Igreja de

Nossa Senhora do Pilar, uma das mais antigas de Ouro Preto. Outros desabamentos se verificaram na Cidade, em virtude do trânsito pesado, dos caminhões de alta tonelagem que trafegam diariamente, em número de mais de mil e quinhentos, pelas suas ruas.

Faltou, até o presente, que o Governo construísse, como era de sua obrigação, a estrada de contorno, em volta da Cidade, para que o trânsito para as diversas regiões do Estado não se fizesse pelas ruas antigas de Ouro Preto, causando abalos nos seus alicerces e, assim, ocasionando, continuamente, ruínas de casas, de Igrejas e de muralhas.

Sr. Presidente, associo-me às homenagens que o Senador Milton Campos prestou a Ouro Preto, faço-o, porém, acentuando essa desídia governamental.

Ao tempo da Presidência do Senhor Juscelino Kubitschek, foi votado crédito de quarenta milhões de cruzeiros, para a construção dessa estrada. Vinte milhões de cruzeiros já foram liberados; o resto ainda depende de autorização.

Desejo que o Governo considere, devidamente, o tratamento dispensado a Ouro Preto.

Pais como o nosso, que possui nas páginas de sua história os fatos mais grandiosos, os movimentos mais exemplares de dignidade, de amor à Pátria, de resolução espiritual e de determinação na conquista do progresso, merece que seus dirigentes se voltem para os monumentos históricos que mostram, nos dias de hoje, o que fizeram os nossos antepassados em prol da grandeza e da obra que pesa sobre nossos ombros.

Ouro Preto, com população de quinze mil almas, com arrecadação de dez milhões de cruzeiros, contra um pagamento de funcionalismo de sete milhões de cruzeiros, não dispõe de re-

ursos para conservar-se, já foi arrolada no Patrimônio Histórico Nacional. Cabe, assim, ao governo da República, voltar agora suas vistas para esse aspecto daquela grande Cidade, que amanhã completa duzentos e cinquenta anos.

Sr. Presidente, levanto neste momento minha voz, em meu nome pessoal e no do Senador Benedito Vaidares, em homenagem aquela terra que tantos amamos e em cujas ruas, nós, mineiros, andamos sempre unidos de grande emoção, emoção cívica, emoção patriótica, em cujas casas temos a impressão de ver, a cada passo, o berço da nossa raça.

Levanto a minha voz, Sr. Presidente, em homenagem a Ouro Preto, que amanhã, completa duzentos e cinquenta anos. E o faço com o apelo ao Governo da República e ao Governo de Minas Gerais, no sentido de que conjuguem os seus esforços para que venham devidamente como é preciso, que seja feito, a cívica de Ouro Preto, inclusive, para que sejam preservados os monumentos arquitetônicos que ali deixou o gênio extraordinário de Aleijadinho. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos (Pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a do próximo dia 10, a seguinte.

1

Sessão de 10 de julho de 1961  
(Segunda-feira)

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 271, de 1958 (nº 1.870, de 1952, na Câmara), que institui o Fundo Partidário, regula sua distribuição e dá outras providências, tendo Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade (parecer rejeitado, em 27-6-55, pelo Plenário, em discussão preliminar); da Comissão de Serviço Público Civil, pela rejeição; da Comissão de Finanças, favorável.

nar); da Comissão de Serviço Público Civil, pela rejeição; da Comissão de Finanças, favorável.

#### O SR. PRESIDENTE:

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos)

### SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

#### Ato do Diretor Geral

O Diretor-Geral, de ordem do Senhor Vice-Presidente,

Resolve: tornar sem efeito o ato da Diretoria do Pessoal, de 19 de maio de 1961, publicado no D.C.N., Seção II, de 25-5-61, em que comunicou caber promoção por antiguidade em vagas decorrentes da aposentadoria de Lourival Câmara, Taquígrafo-Revisor Símbolo PL-2, a partir de 13 de abril do corrente ano, a Eth Vieira Kriz, Dalva Ribeiro Vianna, José Euvaldo Peixoto e Beatriz Corrêa de Mello;

determinar a Contabilidade providências para a reposição da diferença de vencimentos paga a cada um desses funcionários, por não ter havido nenhuma promoção, pela inexistência de ato da Comissão Diretora, da qual é privativa tal competência nos termos do Regimento Interno e do artigo 107 da Resolução nº 6, de 1960.

A referida comunicação só poderia valer como elemento informativo à Comissão Diretora e nunca ser tida como ato promocional. Inexistindo promoção, não se caracteriza a hipótese do art. 102, § 1º da Resolução nº 6, de 1960, já que o pagamento feito não decorre de promoção indevida.

Senado Federal, em 7 de julho de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

### Comissão de Promoções

A Comissão de Promoções, em reunião de 7 de julho corrente, elaborou a seguinte lista para promoção às demais vagas decorrentes, ainda, da Resolução nº 23, de 1961:

Na carreira de Oficial Legislativo de PL-7 e PL-6

Eurico Jacy Auler — pelo critério de antiguidade.

De PL-8 a PL-7

Mary de Faria Albuquerque — por antiguidade

Pelo critério do merecimento absoluto à classe PL-8 da carreira de Oficial Legislativo, todos os integrantes da classe PL-9 da carreira de Auxiliar Legislativo, abaixo relacionados:

Rosa Angélica Berger Vargas (arvide)

Maria Thereza Motta Igrejas Lopes

Jorge Paiva do Nascimento

Jose Valdo Campelo

Zormelina Ribeiro Alves

Odissia Nery de Medeiros

Sarah Abrahão

Gilberto Fernandes Alves

Aracy O'Reilly de Souza

Maria de Lourdes Botelho Alves

Yara Silva de Medeiros

De PL-10 a PL-8

Léa Augusta da Silveira Lobo Rodrigues de Castro

Alexandre Dumas Paraguassu

Comissão de Promoções, em 7 de julho de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Presidente.